ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 53 – Série VII – N.º 522
29 de Dezembro de 1983

Preço: 20$00

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português · Dir./Red. – Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 – Telex 18390 Composição e impressão – Heska Portuguesa Distribuição – *CDL*, R. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa

COMÍCIO NO PAVILHÃO DOS DESPORTOS

LEVAR A TODO O PARTIDO AS CONCLUSÕES DO X CONGRESSO

Págs. centrais/Pág. 6

Milhares de pessoas participaram nas vigílias contra a política do Governo Soares/Mota Pinto

Pág. 3

PASSAGEM DO ANO COM O PCP

Pág. 6

SEMANA

21
Quarta-feira

No seu relatório semestral dedicado a Portugal, a OCDE prevê que o aumento dos preços no nosso país deverá rondar em 1984 os 30% (nível de 1983), o desemprego continuará a aumentar, atingindo em média os 12% da população activa, o consumo privado deverá baixar 2,5%, os salários 5% (em termos reais) e o investimento 6% ■ Os trabalhadores da Lisnave e da Setenave ocupam as instalações das respectivas administrações como forma de protesto contra os salários em atraso ■ Com a aprovação de todos os países membros (à excepção dos EUA, que se abstiveram) o Conselho de Segurança da ONU exige a retirada das tropas racistas sul-africanas do território angolano e o pagamento de indemnizações pelo regime de Pretória à República Popular de Angola pelos danos causados ao longo dos últimos anos ■ O parlamento de Madrid admite uma proposta de lei que visa a reintegração nas Forças Armadas de Espanha dos militares que defenderam a República durante a guerra civil de 1936/39 ■ Segundo cálculos provisórios da CEE, o desemprego na Comunidade teve um novo aumento de 1,4% em Novembro, subindo para os 12,3 milhões.

22
Quinta-feira

Coronel C. Brás

Os cinco presidentes dos países africanos de expressão oficial portuguesa, reunidos em Bissau, dirigem ao Presidente da República, general Ramalho Eanes, uma carta em que se afirmam «desejosos do reforço das relações de amizade e cooperação entre os nosso povos e Estados» ■ A CGTP-IN denuncia a existência de «enormes limitações à liberdade de Imprensa e ao exercício da actividade jornalística» no anteprojecto de Lei de Imprensa apresentado pelo Governo; como alternativa a CGTP-IN aponta «a manutenção da actual Lei de Imprensa, com as adaptações decorrentes da revisão da Constituição e da necessidade de aperfeiçoar as garantias sobre a liberdade de Imprensa e o direito à informação» ■ É empossado o Alto Comissário Contra a Corrupção, o coronel Costa Brás, numa cerimónia presidida pelo Primeiro-Ministro Mário Soares ■ É publicada no «Diário da República» uma alteração à Lei da Defesa Nacional, aprovada pela actual maioria parlamentar com o objectivo de prolongar as restrições aos direitos de associação por parte dos agentes da PSP ■ Yasser Arafat, presidente da OLP, avista-se no Cairo com o presidente egípcio, Hosni Mubarak ■ O governo da Nicarágua anuncia a morte do bispo Salvador Schlaefer, assassinado pelos bandos contra-revolucionários somozistas que o haviam raptado na passada terça-feira.

23
Sexta-feira

Muitos milhares de pessoas participam em 25 vigílias, concentrações e desfiles em outras tantas cidades e vilas do continente, em sinal de protesto contra o atraso de salários de mais de 130 000 trabalhadores de 417 empresas de 20 sectores de actividade de todo o País, numa acção promovida pela CGTP-IN ■ Seis forças que integram a OLP, além do próprio Comité Central da Fatah, condenam a decisão de Yasser Arafat em se avistar com o presidente egípcio Mubarak, tendo o presidente do Conselho Nacional Palestiniano (parlamento), Khaled Fahum, e os membros da Comissão Executiva da OLP em Damasco decidido convocar uma reunião urgente das estruturas palestinianas que condenaram a iniciativa do presidente da OLP; em Washington, o Departamento de Estado saudou o encontro Arafat-Mubarak como ponto de partida para a aplicação do «plano Reagan» de formação de uma «confederação jordano-palestiniana» negociada pelo rei Hussein ■ O senado argentino aprova por maioria a revogação da lei da amnistia decretada pelos militares em meados do ano, considerada como uma autoamnistia dos militares, que assim pretendiam escapar às consequências da sua actuação durante a denominada «luta anti-subversiva».

24
Sábado

A direcção nacional do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC) considera que a instalação na Europa das chamadas «armas nucleares de primeiro ataque» veio agravar o perigo do holocausto nuclear mas que, apesar disso, a paz deve e pode ser salva ■ Com os votos favoráveis do PS, PSD e CDS e o voto contra da APU, o executivo da Câmara Municipal de Viana do Castelo decide remeter para a Assembleia Municipal a decisão que tomara anteriormente de construir na cidade um monumento alusivo ao 25 de Abril ■ Vinte aviões de combate sul-africanos bombardeiam as povoações de Suvelai, Mulondo e Cahama, no sul da Angola.

25
Domingo

Joan Miró

Segundo rádio Conakri, o violento tremor de terra que se registou na noite de quarta para quinta-feira da passada semana na região ocidental da Guiné-Conakri fez pelo menos 300 mortos, 150 feridos graves e 200 desaparecidos ■ Um serviço de vigilância impede, na Argentina, a saída do país de ex-chefes militares, sobre cuja anterior actuação a justiça abriu processos de averiguações ■ As autoridades norte-americanas anunciam que os números de mortos nos EUA provocados pela vaga de frio que assola o país ascende já a 136 ■ Morre com 90 anos o célebre pintor catalão Joan Miró, que se encontrava em estado muito grave desde o início da semana.

26
Segunda-feira

Yasser Arafat

A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) lança um apelo à lavoura no sentido de esta se manter unida para se opor ao aumento da taxa por litro de vinho, assim como para lutar pela abolição de tal encargo ■ A CGTP-IN anuncia que vai exigir a revogação de todas as portarias de extensão publicadas com violação dos direitos sindicais ■ O ministro da Defesa da RP de Angola revela que a África do Sul prossegue a sua agressão militar contra o país, ao contrário do que afirmam as autoridades racistas ■ Fontes oficiais da OLP anunciam a próxima reunião em Sanaa, capital do Yemen do Norte, do Conselho Superior Militar das Forças da Revolução Palestiniana, sob a presidência de Yasser Arafat.

27
Terça-feira

A «Operação Natal» montada pela Brigada de Trânsito da GNR nas estradas do País regista, no período compreendido entre as 12 horas do dia 23 e as 12 horas deste dia, 23 mortos e 259 feridos em 273 acidentes ■ A deputada Zita Seabra visita os Estaleiros de S. Jacinto, em Aveiro, onde reúne com a Comissão de Trabalhadores e a administração, inteirando-se da grave situação em que se encontra a empresa, que emprega 600 trabalhadores ■ Chegam a Lisboa os bailarinos do Bolshoi de Moscovo, Natalia Arkhipova e Leonide Nikonov ■ É anunciada em Montevideu a prisão de cerca de 80 cidadãos uruguaios que se manifestaram nas ruas da capital em solidariedade com a greve de fome do jornalista José German Araujo ■ Informa a Rádio Moscovo que o CC do PCUS aprova o Relatório de Iuri Andrópov e a política interna e externa definida pela direcção do Partido.

Editorial

DOIS ACONTECIMENTOS RELEVANTES NUMA SITUAÇÃO INSTÁVEL

Dois acontecimentos de grande relevância na actualidade nacional — um de natureza essencialmente política, outro de natureza social, mas também de forte expressão política — polarizaram nesta segunda metade de Dezembro e no final do ano as atenções e o interesse dos portugueses.

O primeiro, a realização na cidade do Porto do X Congresso do Partido Comunista Português, cuja Resolução Política se discute agora e no imediato em todas as organizações do Partido.

O segundo — e na sequência de uma dura e prolongada luta — a vigília nacional de protesto de dezenas de milhares de trabalhadores contra a política social do Governo Soares/Mota Pinto, contra o desemprego, contra o não pagamento dos salários em atraso, contra o roubo do 13.º mês.

Um e outro são inseparáveis; um e outro resumem e reflectem duas das principais componentes da situação nacional e duas das características dominantes dos últimos seis meses. A chamada «quadra festiva» transformou-se por estes factos numa autêntica quadra de luta.

O Governo PS/PSD, sob a batuta de direita de Mário Soares, reservou para os trabalhadores, neste final de ano, amargas «broas de Natal».

Pode-se, pois, dizer com toda a propriedade que no fragor da luta se realizou o X Congresso do PCP e no fragor de uma luta porfiada e dura, que vai continuar, terminará depois de amanhã este difícil ano de 1983.

É de hábito e de boa norma no findar de cada ano deitar contas à vida, fazer o balanço do ano que termina, arriscar previsões para o ano que começa, inventariar recursos e necessidades essenciais para viabilizar projectos.

É uma norma tanto mais exigente quanto a sua incidência sobre a realidade política, económica e social da situação do País.

Pode acontecer que o balanço de um ano coincida com o balanço de um ciclo. Nesse caso o quadro torna-se mais vasto e rico: permite extrair conclusões mais seguras, alargar horizontes de análise, arrumar e alicerçar melhor as ideias, pensar no futuro em termos de maior precisão e de aproximação das realidades.

O X Congresso do PCP fez o balanço de um ciclo de quatro anos da actividade do Partido, mas também da situação nacional e da luta do Povo português nas suas múltiplas facetas, apontou soluções válidas para os problemas mais candentes da vida do povo e do País, precisou condições para uma alternativa democrática de política e de Governo.

Neste final de 1983 Portugal vive um momento particularmente preocupante de uma crise generalizada e aguda que se arrasta no tempo desde a Primavera de 76, por obra e graça de governantes ferozmente empenhados num nefasto plano antipatriótico, numa política anti-Abril virada para a defesa dos interesses parasitários das classes privilegiadas com o sacrifício dos interesses vitais do povo trabalhador.

A classe operária, todos os trabalhadores manuais e intelectuais, os pequenos e médios agricultores, artesãos, comerciantes e industriais, e de maneira particular as mulheres e a juventude, puderam fazer ao vivo o balanço de um ano de uma política daninha. Primeiro de continuação dos governos «AD» pela sua última formação Balsemão/Freitas do Amaral. Depois, de continuidade agravada da política da «AD» pelo Governo de coligação PS/PSD, do processo da contra-revolução, agora de novo sob a liderança directa de Mário Soares.

Este balanço directo, vivo, sentido na própria carne e na vida de todos os dias pelo Povo português, pôde ser extraordinariamente enriquecido e aprofundado pelo balanço de quatro anos do X Congresso do PCP e as suas decisões políticas capitais.

O apontamento que aqui deixamos destes derradeiros dias de 1983 recolhe factos e manifestações que confirmam e reforçam as análises e conclusões do Congresso do PCP no Porto e as convicções que a luta e a experiência acumulada e viva radicaram na consciência de milhões de portugueses.

Uma, cada vez mais arraigada, é a de que o Governo PS/PSD é um governo condenado ao fracasso e a desaparecer num prazo não dilatado.

Nestes curtos dias, novos actos de guerra social foram praticados pela clique Soares/Mota Pinto, novas manifestações de extrema degradação das relações sociais, de desestabilização da vida nacional e das instituições, de imoralidade e corrupção nas esferas do Poder e do próprio aparelho de Estado, de sensível redução da base de apoio social, eleitoral e político dos dois partidos do Governo e de agravamento das suas tricas e dissenções internas.

A vigília nacional de protesto da noite de 23 contra a política social do Governo foi uma poderosa e significativa manifestação da unidade e disposição de luta da classe operária e de toda a população trabalhadora contra o esbulhamento dos seus direitos e garantias, contra a ameaça de novos actos e medidas atentatórias do direito ao trabalho e do seu debilitado poder de compra, de novos agravamentos das suas já precárias condições de vida, de novos arbítrios e violências dos lacaios do grande patronato instalados no Governo.

A degradação acelerada das relações sociais e o recrudescimento da agressividade e arrogância do grande patronato são consequência da completa inoperância do Governo Soares/Mota Pinto para deter a ofensiva patronal monopolista contra as classes trabalhadoras e do completo desprezo dos governantes pela situação de miséria que alastra como nódoa de azeite no tecido social mais vasto da população portuguesa.

A política do Governo dirigido por Mário Soares semeia o descontentamento entre vastas camadas do povo, favorece a demagogia da extrema-direita, que aos olhos de uma população mal informada, como recentemente se verificou em Marco de Canavezes, tenta aparecer como tábua de salvação numa barca esburacada em que o CDS teve e tem responsabilidades directas.

É significativo que três ministros dos mais responsáveis em níveis diversos pela política económica dos últimos cinco anos e pelo agravamento da crise (Cavaco e Silva, João Salgueiro e Silva Lopes) venham agora, perante a política de bancarrota do Governo actual e para se inscreverem nas listas de futuros «ministeriáveis» da direita, no caso de uma falada remodelação do Governo, lavar as mãos como Pilatos, tentar desligar-se das suas responsabilidades e participação directa na política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista.

Por outro lado a política social do Governo PS/PSD servidora do grande capital, juntamente com a falsa ideia de recuperação da crise capitalista na própria cabeça do imperialismo — os Estados Unidos — onde a intensificação da produção de armas para a guerra e não da produção social gera a falsa noção de reanimação económica, alimenta em Portugal o recrudescimento da ofensiva e das exigências do capital monopolista.

Os dirigentes da CIP e o seu principal órgão de imprensa fingem-se insatisfeitos com os fretes que o Governo Soares/Mota Pinto lhes tem feito. Querem que o ministro do Trabalho, o reaccionário Amândio de Azevedo, avance com nova legislação laboral, designadamente com nova lei da greve, e faça mais que o «lay-off» para liberalizar o desemprego.

Com o maior à-vontade e desprezo pela situação de miséria de milhares de trabalhadores e de suas famílias o grande patronato amplia deliberadamente a chaga dos salários em atraso, retém fundos que lhes não pertencem — como o produto das quotas sindicais que descontam aos trabalhadores e não entregam como é sua obrigação aos sindicatos — recusam-se a pagar as suas dívidas à Previdência Social que ascendiam já em Setembro a mais de 100 milhões de contos.

O Governo e pessoalmente Mário Soares — como descaradamente se pronunciou agora na reunião conjunta das confederações patronais, apelando a uma atitude ainda mais agressiva do grande patronato relativamente aos trabalhadores — incentivam a criminosa ofensiva contra o mundo do trabalho.

Atropelando abertamente as próprias leis da economia capitalista, como foi frisado nos documentos do X Congresso do PCP, sistema de que Soares & C.ª são paladinos, os governantes favorecem e promovem a acumulação acelerada do capital através de uma cada vez mais brutal exploração dos trabalhadores.

Neste momento e para satisfazer as exigências do FMI, o Governo planifica a quebra de 5% nos salários reais relativamente à taxa de inflação, que neste final do ano é já superior a 26%, e a intensificação forçada do desemprego.

Para favorecer as exigências da CAP, o Governo sanciona a aplicação de uma sobretaxa de 3$00 sobre a produção e a comercialização do vinho, através da JNV, dirigida por um homem da CAP, e apenas para financiar as operações financeiras antieconómicas da JNV no mercado.

O cúmulo do escândalo é, em contraste com o roubo dos salários de centenas de milhares de trabalhadores, o Governo Soares/Mota Pinto ter autorizado agora o aumento de 98 contos — mais do dobro dos actuais — dos vencimentos de mais de 90 directores-gerais da TAP, ao mesmo tempo que se recusa a examinar e a dar despacho a justas reivindicações dos trabalhadores da empresa.

A greve dos trabalhadores da TAP é uma resposta de irrecusável justeza a esta escandalosa medida.

A forma como a gerência da TAP se propõe fazer esta fraudulenta operação é uma autêntica cobertura de um acto de clara corrupção no próprio momento em que o Governo nomeia demagogicamente uma «Alta Autoridade Anticorrupção».

Que pensará disto a Alta Autoridade nomeada pelo Governo?

Vai sancionar, calar ou intervir contra esta inqualificável injustiça social e suja manobra para fugir aos impostos?

Na sua senda de ilegalidades o Governo publica portarias de extensão assinadas pelos divisionistas da UGT e impostas de maneira arbitrária e ilegal ao conjunto dos trabalhadores afectados e desencadeia de novo nas martirizadas terras do Alentejo e do Ribatejo uma brutal ofensiva contra a Reforma Agrária.

O ano de 1983, por acção da coligação governante, apresenta-se de cores sombrias para os trabalhadores e as classes e camadas intermédias e não monopolistas da sociedade portuguesa.

As interrogações postas por Álvaro Cunhal no comício do dia 26 no Pavilhão dos Desportos encontram resposta nas intervenções e decisões políticas do nosso X Congresso e na realidade da situação social e política e da luta diária do Povo português.

É a resposta a essas perguntas que se levantam em sectores dos mais variados da população portuguesa que estará no centro da campanha nacional de esclarecimento político de 14 e 15 do próximo mês de Janeiro pelo Partido Comunista Português de que resultará seguramente uma reforçada consciência da situação do País, da política antipopular da clique Soares/Mota Pinto e da necessidade urgente da luta por uma alternativa democrática e pela formação de um governo democrático de salvação nacional.

A grande jornada nacional de luta, marcada pela CGTP-IN para os dias 26, 27 e 28 de Janeiro, tem por sua vez despertado em todos os sectores sociais afectados pela política da clique governante, o maior interesse e acolhimento.

Delegação do PCP

De Atenas regressou Henrique de Sousa, membro do Comité Central do Partido Comunista Português, que ali participou num Simposium Internacional sobre a luta dos comunistas contra o desemprego, organizado pelo Partido Comunista da Grécia e pela revista «Problemas da Paz e do Socialismo».

No Simposium participaram vários partidos comunistas e operários de países capitalistas da Europa e os partidos comunistas dos EUA e Canadá.

Célula da Petrogal

Análise da situação política e social, discussão das conclusões do X Congresso do Partido e entrega dos novos cartões 1984/85 — são os pontos agendados para o plenário da célula da Petrogal/Lisboa, a realizar no próximo dia 5 de Janeiro, no Centro Vitória, na Avenida da Liberdade. Participará na reunião, marcada para as 19 horas, o camarada José Casanova, membro da Comissão Política do Comité Central.

Homenagem a Ferreira Lobo

Em homenagem à memória de José Isidoro Ferreira Lobo, professor e pintor nascido em 1883 e falecido em 1938, foi entregue à Juventude Comunista Portuguesa um donativo de 15 mil escudos. Idênticas doações têm sido feitas em anos transactos.

Festa de Natal dos pioneiros da Brandoa

Como vem sendo habitual desde há já cinco anos, o núcleo da Brandoa dos Pioneiros de Portugal organizou no Polivalente da freguesia uma festa de Natal que juntou mais de uma centena de crianças. Todas tiveram ali um presente, rebuçados e a mensagem de Natal redigida e desenhada pelos próprios pioneiros, centrada num voto: Paz!

Houve, além disso, a parte artística que sempre anima as festas deste núcleo, com o grupo de teatro da Brandoa, um grupo de danças e cantares da Madeira, o Rancho Folclórico e Infantil da Brandoa e o próprio coro do núcleo, além da passagem de filmes de animação.

- *O Partido — da intervenção do camarada Álvaro Cunhal* 13
- *Os quadros — intervenção do camarada Sérgio Vilarigues* 18
- *Algumas questões sobre a organização /intervenção do camarada Fernando Blanqui Teixeira* 21

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português.* Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 – Lisboa CODEX. Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: *Editorial Avante, SARL.* Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º - 1000 Lisboa Tel. 769744 769751

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725 769722.

DISTRIBUIÇÃO: *CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL.* Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 – 2.º – 1000 Lisboa. Tel. 779828 779825 769751.

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa. Tel. 372238

Centro Distribuidor de Évora: Alcarcova de Baixo, 13 – 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 – 8000 Faro. Tel. 24417.

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto. Tel. 693908 699615.

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 – 3000 Coimbra. Tel. 28394.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 766402.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 – Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 900044

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B – 1100 Lisboa. Tel. 776936 776750. *Porto* – Rua do Almada, 18-2.º Esq.º – 4000 Porto. Tel. 381067.

Composto e impreso na Heska Portuguesa – R. Elias Garcia, 27 Venda Nova – 2700 Amadora.

Depósito legal n.º 205/82

Tiragem do mês de Novembro: 49 688

Nacional

No frio Natal de 1983 o país esteve em vigília

Nunca tinha acontecido e, para que tivesse acontecido, dois factores convergiram nessa noite de sexta-feira, antevéspera de Natal. Um, de carácter objectivo: a degradação das condições de vida de grandes massas de trabalhadores, muitos milhares sem salários, muitos outros milhares sem emprego; outro, de carácter subjectivo: a grande capacidade de organização, a força e determinação dos trabalhadores organizados à volta da sua central sindical — a CGTP. Na noite de sexta-feira passada, em vinte e cinco cidades e vilas do país, muitos milhares de trabalhadores e suas famílias vieram para a rua em vigília. Protestavam contra a política de fome e de miséria do Governo. E demonstravam ao mesmo tempo que estão dispostos a lutar para que isto mude.

A noite de sexta-feira, antevéspera de Natal, foi, pois, noite de vigília e de luta. E, de Norte a Sul do país, os trabalhadores portugueses que se encontram sem receber salários ou no desemprego, contando com o apoio activo dos seus camaradas, com a solidariedade de numerosas organizações populares e, mesmo, religiosas, reuniram-se na rua. A situação difícil que vivem, dramática em muitos casos, não faria porém desta vigília um qualquer coro de lamentações. O protesto, temperado de combatividade, foi uma grande jornada de luta.

Apesar do frio que se fez sentir em todo o país, as concentrações foram engrossando por todo o lado. Com programas diferentes — algumas culminando em desfiles — as vigílias contaram não apenas com os que nelas directamente participaram, mas com a solidariedade manifestada pelos que passavam perto, pelos que enviaram mensagens e saudações.

Em **Braga**, a vigília durou mais de sete horas e teve lugar no Largo do Barão de S. Martinho, correspondendo ao apelo da União dos Sindicatos de Braga. Desde as 17 horas que várias representações de trabalhadores de empresas com salários em atraso se concentraram em volta de um pinheiro que se apresentou «decorado» de panos negos. Dez mil famílias da região encontram-se em situação extremamente difícil — a fome já entrou em muitas casas, o que seria sublinhado nas intervenções várias ali proferidas. Além de representantes de trabalhadores de empresas do distrito, dirigiram-se aos presentes alguns dirigentes sindicais — Abílio Martins e Alfredo Cardoso, da USB, e Manuel Carvalho da Silva, da CGTP. A vigília foi encerrada por um desfile alumiado a velas.

No **Porto**, a Praça da Liberdade foi o local de encontro dos muitos trabalhadores do distrito que ali iniciaram a vigília também a partir das 17 horas de sexta-feira e até ao princípio da madrugada de Sábado.

Não há Paz com fome

«Numa altura em que toda a gente, por ser Natal, fala de paz é bom que se consciencializem de que não haverá paz enquanto há trabalhadores com fome e sem salários», afirmou Salgueiro Barros, da Comissão Executiva do Secretariado da União dos Sindicatos do Porto, durante a intervenção que proferiu. Outros dirigentes sindicais intervieram, lendo saudações de apoio dos sindicatos que representavam. Armando Teixeira da Silva, coordenador da CGTP/Intersindical Nacional, falou de improviso na parte final da vigília, sublinhando o facto de o actual Governo, propagandista dos «direitos humanos», negar um elementar direito aos trabalhadores — o direito ao salário.

Os participantes na vigília do Porto aprovaram uma moção exigindo do Governo medidas contra o patronato que não paga salários e reafirmaram a sua disposição de continuar a luta contra a política do actual executivo PS/PSD. Durante a jornada foram lidas saudações de apoio — do MDP, da DORP do PCP, do grupo parlamentar comunista, das CUM's do Porto e do MDM.

Entretanto, em Coimbra, meio milhar de pessoas participaram na vigília onde discursou o dirigente da CGTP Kalidás Barreto, que considerou esta jornada como um **»preâmbulo de lutas mais radicais do movimento sindical português»**.

Se a vigília contou com as visitas de solidariedade de várias personalidades — entre as quais se destacou a presença do dirigente da Liga Operária Católica, Lopes Rodrigues, também representantes dos trabalhadores em luta fizeram as suas visitas de Natal. Assim, o vigário-geral do arcebispado de Coimbra recebeu em audiência uma delegação de trabalhadores e dirigentes sindicais do distrito. Também o governador civil e o presidente da Câmara receberam delegações dos trabalhadores que chamaram a atenção dessas entidades para os graves problemas que vive a população laboriosa do distrito.

Repúdio pela atitude do Governo

Em quase todos os lugares do país onde se realizaram vigílias foi sublinhada com repúdio a atitude do Governo que pretende ignorar **o «escandaloso problema dos salários em atraso.» Tal aconteceu em Aveiro** onde, segundo divulgou a CGTP, várias personalidades ligadas aos órgãos autárquicos do distrito e à Igreja Católica participaram na vigília e manifestaram o seu repúdio pela **«atitude omissiva do Governo»**.

Em Aveiro, a vigília concentrou-se junto à delegação do Ministério do Trabalho e mobilizou muitas centenas de trabalhadores. Os participantes empunharam archotes e mostravam, em cartazes, casos concretos que ocorrem no distrito de empresas que não têm pago salários.

Em **Abrantes**, onde também centenas de pessoas se reuniram no Tramagal, frente à delegação sindical dos metalúrgicos, o Presidente da Câmara interveio manifestando descontentamento quanto à actuação do Governo em relação ao problema dos salários em atraso. Aquele autarca — eleito do Partido Socialista associou-se à vigília, bem como toda a vereação que, por unanimidade, assim o decidira.

As centenas de pessoas presentes aprovaram uma moção condenando a política do Governo. Foi lida uma saudação dos órgãos representativos dos trabalhadores da Metalurgia Duarte Ferreira dirigida à CGTP/Intersindical Nacional.

Na **Figueira da Foz**, várias centenas de pessoas participaram na vigília organizada pela União Sindical local. Estreitamente ligada aos problemas vividos pelos trabalhadores da Vidreira da Fontela, a vigília integrou uma consoada que contou com a solidariedade popular para realizar-se e incluiu distribuição de prendas às crianças. Um desfile de alguns quilómetros coroou a jornada cujo traço mais marcante foi sem dúvida o da determinação dos trabalhadores, a quem 20 meses de salário em atraso não conseguiram quebrar.

Patronato recebe e trabalhadores não

No distrito de Leiria, a vigília foi marcada para a Praça Stephens, da **Marinha Grande**. Muitos trabalhadores — entre os quais elevada percentagem de mulheres — começaram a chegar ao local perto das 21 horas de sexta-feira. Fogueiras acesas em redor de um grande pinheiro onde se penduravam tachos e panelas vazios simbolizando o drama de muitas famílias de trabalhadores vidreiros, cerâmicos, químicos e de outros sectores da actividade industrial do distrito.

Representantes destes intervieram. Falaram em nome dos Sindicatos de Leiria, Joaquim Filipe Dionísio, do Conselho Nacional da CGTP, o primeiro denunciando a situação no distrito, o segundo acusando o patronato e o Governo da violação dos direitos humanos ao não respeitarem o direito ao salário. Este dirigente afirmou ainda que o patronato tem recebido vultuosas verbas para pagamento de salários, por parte do Estado, sem que se conheça o destino dessas verbas e sem que se preveja qualquer controlo quanto às verbas a atribuir para a aplicação do famigerado **«lay off»**.

Um comunicado conjunto de órgãos distritais dos partidos governamentais — PS e PSD — foi repudiado por todos os presentes por nele se acusarem os trabalhadores de serem os responsáveis pela crise.

Entretanto, se o Governador Civil de Leiria acedeu em receber os representantes dos trabalhadores, tal não foi o caso do Presidente da Câmara de Leiria, do CDS, que, apesar de ter confirmado que receberia os membros do secretariado da USL, acabou po furtivamente sair da Câmara pouco antes da hora em que a audiência aprazada deveria ter lugar!

operários das empresas «Manuel Pereira Roldão», «Euroáudio», «Olaria», «Feis», «Cive», «Ivima». Os discursos proferidos mostraram como o patronato já deve a seis mil trabalhadores a avultada soma de mais de 600 mil contos de salários.

Depois foi o desfile no centro da Marinha Grande. Regressados à Praça Stephens, a vigília prosseguiu com as intervenções de dirigentes sindicais — Horácio de Matos, da União dos Sindicatos de Leiria, Joaquim Filipe Dionísio, do Conselho Nacional da CGTP, o primeiro denunciando a situação no distrito, o segundo acusando o patronato e o Governo da violação dos direitos humanos ao não respeitarem o direito ao salário. Este dirigente afirmou ainda que o patronato tem recebido vultuosas verbas para pagamento de salários, por parte do Estado, sem que se conheça o destino dessas verbas e sem que se preveja qualquer controlo quanto às verbas a atribuir para a aplicação do famigerado **«lay off»**.

Um comunicado conjunto de órgãos distritais dos partidos governamentais — PS e PSD — foi repudiado por todos os presentes por nele se acusarem os trabalhadores de serem os responsáveis pela crise.

Entretanto, se o Governador Civil de Leiria acedeu em receber os representantes dos trabalhadores, tal não foi o caso do Presidente da Câmara de Leiria, do CDS, que, apesar de ter confirmado que receberia os membros do secretariado da USL, acabou po furtivamente sair da Câmara pouco antes da hora em que a audiência aprazada deveria ter lugar!

Uma árvore com frutos envenenados

Em todo o distrito de Setúbal, mais de onze mil pessoas participaram nas várias vigílias organizadas — **Almada, Barreiro, Seixal, Montijo, Alcácer do Sal** e **Setúbal**.

Na capital do distrito, um grande pinheiro fora colocado pelos trabalhadores. Uma árvore de Natal, parecia. Cheia de prendas. Vários embrulhos pendurados nos ramos. E cartazes também. Mas, para quem se aproximasse, como fizeram milhares de pessoas durante alguns dias, e lesse o que fora escrito nesses embrulhos e cartazes, veria que se tratava dos presentes do Governo. Presentes envenenados era o que carregava o pinheiro colocado no centro do Largo da Misericórdia. Uma quadra, destacava-se. E dizia:

Não me olhes com desdém
Pensa bem com atenção
Quem sabe pr'ó ano que vem
Se estás na mesma situação...

Ninguém terá olhado com desdém. Mas com atenção. E visto que a «Sunerbo» deve aos trabalhadores 3840 contos; que a «TIIR» deve 15 mil contos; que a «Mecânica Setubalense» ainda não pagou parte do mês de Novembro; que as «Malhas Sameiro» têm 7, 8 e 9 meses de salários em atraso. Que muitas outras empresas devem salários. Que há fome em muitas casas.

No fim da tarde de sexta-feira e até ao começo da madrugada de sábado, muitos trabalhadores participaram na vigília. Alguns mostravam cartazes negros. Eram os da Setenave, protestando contra o roubo do 13.º mês. Sobre uma camioneta onde foram montada uma aparelhagem sonora, viam-se cartazes de solidariedade. Num deles lia-se que a Juventude Operária Católica também estava lá.

À noite, quando o frio apertava, houve café para as centenas de pessoas que ali compareceram para ouvir intervenções de representantes dos trabalhadores e dos sindicatos e para ouvir poemas e canções. Para demonstrar que a confiança existe porque a luta continua.

Os nossos filhos têm fome

No **Barreiro** foram milhares que convergiram em desfile para o centro da vila operária. Em **Almada** também. Aqui, perto da meia-noite, uma multidão arrancou da Cova da Piedade dirigindo-se à Praça do MFA. Com archotes na mão. Com palavras de ordem que diziam da situação que vivem muitos outros milhares de trabalhadores: **«Queremos os salários! Os nossos filhos têm fome!»**

Já era madrugada de sábado quando o Presidente da Câmara de Almada leu aos milhares de trabalhadores, representando todos os sectores de actividade do concelho, uma moção que fora aprovada por unanimidade na sessão da Câmara de dois dias antes, saudando a concentração-vigília. Houve também outras moções das Juntas de Freguesia de Almada e da Cova da Piedade, da SFUAP, da CT do Arsenal do Alfeite, dos trabalhadores da SRN, dos sindicatos e da CGTP. O secretariado da DORS do PCP emitiu também uma nota de apoio às vigílias que se realizaram no distrito.

Nós somos cada vez mais fortes

Em **Lisboa**, a vigília durou nove longas horas encerrando em S. Bento perto das 6 horas da manhã. Encerrava a vigília, mas, como afirmou um membro da USL, não encerrava a luta.

A concentração começara no Rossio, também junto a uma árvore carregada com os presentes envenenados do Governo de Soares e Pinto. O cortejo deslocou-se pela baixa, com archotes, à frente do qual seguiam dirigentes da CGTP, da USL e da CIL segurando um pano proclamando um objectivo da luta: **por uma política nacional e democrática!** Vinham a seguir representações dos trabalhadores de concelhos do distrito e de empresas em situação difícil — «Gelmar», «Somapre», «Fábrica Portugal», «MDF», «Messa», «Corame», «CTM».

As intervenções, que o membro da Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP, Florival Lança, encerraria, condenaram unanimemente a política do Governo. Falaram Martins Rosado, da USL, Emídio Martins, presidente nacional da Liga Operária Católica e Jerónimo de Sousa, do secretariado das comissões de trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa.

Muitas saudações chegaram e foram lidas, entre as quais as do MDM, do MAD, do Sindicato dos Jornalistas, do presidente da Câmara Municipal de Vila Franca, de organizações de reformados, do Movimento para a Alternativa Democrática Sindical dos Seguros.

Martins Rosado, iniciando as intervenções, acusaria o Governo de pretender travar as reivindicações com o não pagamento de salários. Mas advertiu que ninguém deve esperar tréguas da parte dos trabalhadores. Emídio Martins, dirigente da LOC, considerou, por seu lado, que a dureza da vida dos trabalhadores atingiu para muitos o limite do intolerável. Jerónimo de Sousa, analisando a situação criada pelo Governo considerou que, apesar da dureza da luta, **«há forças bastantes para vencer»**.

Era madrugada alta quando Florival Lança, encerrando esta vigília memorável, fazendo votos para que o ano de 1984 seja o ano da mudança «desta política», afirmaria: **«Nós somos cada vez mais fortes»**.

Muitos milhares de pessoas o demonstraram em todo o País. No Norte, no Centro, no Sul. Em Évora, a concentração reuniu centenas de representantes de trabalhadores frente à delegação do Ministério do Trabalho, exigindo medidas contra o patronato que usa o não pagamento de salários como chantagem.

Em **Coruche**, autarcas da APU e do PS associaram-se à vigília que reuniu meia centena de pessoas. No distrito de Santarém, muitas outras centenas de trabalhadores participaram nas vigílias organizadas em **Torres Novas, Alpiarça, Benavente, Chamusca** e também na capital do distrito.

No Algarve, uma vigília teve lugar em **Portimão**, na Praça Teixeira Gomes, onde várias árvores de Natal mostraram à população as «prendas» de Soares e de Mota Pinto.

Foi, por toda a parte, um Natal frio. Mas não um Natal em que as palavras de solidariedade ficassem ocas de sentido. Os trabalhadores estiveram na rua a dizer que **não** a outro Natal de fome.

Deputados comunistas participaram nas vigílias e enviaram saudações

Ao contrário dos deputados de outros partidos representados na Assembleia da República que, apesar de convidados, não compareceram, os deputados comunistas visitaram e acompanharam as vigílias realizadas um pouco por todo o País, enviaram saudações, manifestaram a sua solidariedade a esta luta dos trabalhadores.

Deputados eleitos pelos vários círculos nas listas do PCP estiveram pois presentes nos seus distritos, visitaram várias vigílias no mesmo distrito como foi o caso de Setúbal em que, nessa noite, participaram nos desfiles e concentrações que tiveram lugar em diversos concelhos. Em Braga, por exemplo, o único deputado comunista por aquele círculo esteve lá, constatando-se a ausência de todos os outros que também tinham sido convidados.

Em Lisboa, uma delegação do PCP, composta por Octávio Pato, Carlos Brito, Zita Seabra, António Dias Lourenço e Alda Nogueira, entregou uma saudação, que publicamos mais adiante. Na capital, além dos deputados comunistas, participaram na vigília os deputados do MDP e o deputado de «Os Verdes».

É o seguinte o texto da saudação dos deputados do Partido Comunista Português apresentado em Lisboa:

Os deputados de Lisboa, do Grupo Parlamentar do PCP, querem manifestar a sua profunda solidariedade a todos aqueles que sem salários conhecem o Natal mais duro e mais frio dos anos de Abril.

Julgamos nós que a Assembleia da República, como instituição e órgão de soberania do regime democrático, deve defender e concretizar direitos fundamentais dos trabalhadores nomeadamente uma das expressões mais significativas do direito à vida: o direito ao salário!

Foi nesse sentido que apresentámos e nos batemos pela aprovação do projecto de lei 14/III que visava um programa de emergência pelo pagamento dos salários em atraso. Não quis a maioria da AR votar essa medida justa.

Mas como expressão da nossa solidariedade garantimos que, no quadro dos direitos constitucionais que nos assistem, tudo faremos para que a Assembleia da República assuma as suas responsabilidades tomando as medidas necessárias e urgentes para que, no Portugal de Abril, sejam respeitados os direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores portugueses.

PCP

Álvaro Cunhal no comício do Pavilhão dos Desportos

Respostas a dez perguntas sobre o X

Camaradas:

Realizou-se o X Congresso do nosso Partido.

Foi um grande e magnífico Congresso. Grande e magnífico pelo número de delegados e convidados. Pelos problemas em discussão. Pela profundidade das análises, das propostas, dos relatórios e das intervenções. Pela clara evidência da ligação entre tudo quanto ali foi dito e os interesses e as aspirações mais profundas do nosso povo. Pela seriedade das opiniões e pela verdade de tudo quanto se disse. Pelo imenso trabalho preparatório anterior. Pelo vastíssimo e democrático debate que precedeu o Congresso e que o Congresso evidenciou. Pela afirmação da força orgânica, da capacidade de realização e da militância sem paralelo do nosso Partido. Pela unidade sem brechas assente na vida democrática interna, no respeito pelas opiniões, na participação nas decisões e na acção de todo o grandioso colectivo partidário. Pela alegria e entusiasmo revolucionários. Pela determinação de luta. E pela inabalável confiança no futuro do Partido, da democracia portuguesa e da pátria portuguesa.

E, ainda, finalmente, pela participação de mais de 60 delegações de partidos irmãos e de outros partidos e forças revolucionários e progressistas que nos trouxeram o seu precioso apoio e solidariedade e que tiveram também ocasião de confirmar, com os seus próprios olhos e ouvidos, que **podem**, pela sua parte **contar com o apoio e a solidariedade fraternais dos comunistas portugueses**.

O IX Congresso realizou-se no Barreiro. O VII (Extraordinário) e o VIII em Lisboa.

Creio que todos sentimos uma profunda satisfação por o X Congresso se ter realizado no Porto.

A ninguém escapa o alto significado político desse facto.

A realização do Congresso no Porto confirma, não só o notável progresso do Partido e da sua influência no Norte, mas a natureza do PCP como **um grande Partido nacional, um Partido que mais dia menos dia será chamado a contribuir, ao nível do Poder para a solução dos problemas nacionais**, para a realização de uma política que assegure o melhoramento das condições de vida do povo, o desenvolvimento económico, o progresso social e cultural, as liberdades e direitos dos cidadãos, a independência nacional e a paz.

É indiscutível que **o nosso X Congresso foi um grande acontecimento nacional.**

Como se explica então que os órgãos de comunicação social do Estado (designadamente a RTP, a RDP e alguns jornais) não tenham de facto dado cobertura ao Congresso e antes pelo contrário tenham feito ao Congresso referências tendenciosas, mentirosas e caluniosas que confirmam a baixeza moral da propaganda reaccionária?

Porque silenciaram os trabalhos do nosso X Congresso?

A razão, no fim de contas, é bem simples.

Silenciaram porque, se dessem uma informação objectiva do Congresso, **se o povo português pudesse saber com verdade o que se passou, o que se disse, o que propôs, o que se viu no nosso X Congresso, milhares e milhares de pessoas que mantêm ainda reservas em relação ao PCP concluiriam:**

Aqui está o Partido de que Portugal precisa. Aqui está o Partido capaz de defender os interesses do povo e do País, capaz de fazer Portugal sair da crise e de resolver os grandes problemas nacionais.

Os materiais do Congresso (a Resolução Política e as intervenções) contêm uma exaustiva análise da situação económica, social e política portuguesa e da sua evolução, uma demonstração das consequências desastrosas da política de recuperação capitalista, a exposição das grandes linhas programáticas duma política alternativa, a indicação do caminho e das perspectivas para alcançá-la, a larga explanação das tarefas que se colocam na situação actual, e ainda um amplo tratamento das questões relativas ao reforço do Partido.

Encarregado de dar neste comício uma informação acerca das conclusões do X Congresso permiti que, em vez de reproduzir, necessariamente em resumo o texto dos documentos, informe das conclusões do Congresso por outra forma: **formulando perguntas cruciais que se colocam na situação actual e informando de qual a resposta que o X Congresso lhes deu.**

Em que sentido evolui a situação internacional?

Em que sentido evolui a situação internacional e qual o significado e perigos da conjuntura actual?

O X Congresso examinou as questões internacionais a partir de **uma ideia central** resultante de uma cuidadosa análise.

A evolução mundial nas últimas décadas mostra de forma irrefutável que o mundo caminha para a libertação dos trabalhadores e dos povos.

O imperialismo sofreu nas últimas décadas **derrotas históricas irreversíveis**.

Ainda que num processo irregular — com grandes vitórias mas também com erros e derrotas — o progresso humano registou notável avanço com a construção do socialismo, a derrocada do sistema colonial, a conquista da independência nacional por muitas dezenas de países, a crescente intervenção dos trabalhadores em toda a vida social.

Foi a partir desta ideia central que o X Congresso considerou **o agravamento da situação internacional**.

Esse agravamento resulta directamente de uma desesperada **tentativa do imperialismo** (designadamente do imperialismo norte-americano) **para parar e se possível fazer andar para trás a roda da História.**

O agravamento da situação internacional deve-se fundamentalmente à ofensiva do imperialismo norte-americano contra as conquistas históricas do movimento libertador dos trabalhadores e dos povos.

É a ofensiva económica e financeira. É a ingerência, a agressão e a guerra. É Granada, a África Austral, o Médio Oriente, a Coreia do Sul. E é agora a tentativa de romper o equilíbrio estratégico existente entre o imperialismo e a comunidade socialista.

A instalação dos novos mísseis americanos na Europa representam um perigo e um perigo sério para a paz mundial. A luta pela paz tornou-se uma tarefa central indissociável e inseparável da luta dos trabalhadores e dos povos pela democracia, a liberdade, o progresso social e o socialismo.

E pergunta-se, camaradas e amigos: há ou não força para conter o imperialismo? O nosso Congresso respondeu positivamente: que há no mundo forças bastantes para conter o imperialismo. Os países socialistas, o movimento operário e comunista internacional, o movimento de libertação nacional, os países progressistas, as forças democráticas e da paz em todo o mundo estão em condições, se unidas, de cortar o passo ao imperialismo, de salvar a paz e de assegurar a continuação da evolução progressista da Humanidade.

Em Portugal, também se desenvolve a luta pela paz. Em duas direcções. Uma, com os objectivos gerais comuns a todos os povos, designadamente aos povos europeus, contra a instalação dos mísseis, contra os actos agressivos, contra a corrida aos armamentos, pelo desanuviamento e por uma série de outros objectivos que são comuns aos povos de Portugal, da Espanha, da França dos outros povos europeus e até de todos os povos do mundo. Outra direcção: lutarmos para que na política externa portuguesa não haja uma submissão ao imperialismo norte-americano, para que, finalmente, com a derrota deste Governo e a formação de um governo democrático, Portugal resista às pressões do imperialismo norte-americano, resista à transformação do nosso território numa base de agressão e tenha na arena internacional uma política de paz, cooperação e amizade com todos os povos do mundo.

Tais foram, camaradas, em resumo, as respostas fundamentais dadas pelo nosso Congresso relativamente à situação internacional e ao seu agravamento.

Qual o futuro do Portugal democrático? Pode Portugal democrático construir-se sem consolidar e prosseguir as conquistas de Abril?

Qual o futuro do Portugal democrático? Pode Portugal democrático construir-se sem consolidar e prosseguir as conquistas de Abril?

É esta uma questão crucial para podermos apreciar as raízes mais profundas da luta social e política que se trava no nosso país, para podermos apreciar a natureza, significado, alcance e consequências da política do PS/PSD e para podermos definir uma política nacional, as tarefas que se colocam ao nosso Partido e ao nosso povo e as perspectivas da evolução da situação.

O X Congresso tratou com profundidade destas questões.

Duas conclusões fundamentais do Congresso são de reter.

A primeira. O regime democrático resultante da Revolução não consistiu apenas num sistema político em que os órgãos do Poder resultam de eleições, mas **numa organização económica** (consagrada na Constituição) **de que são aspectos essenciais a liquidação dos monopólios, do capital financeiro e dos latifúndios, a nacionalização da banca e dos sectores básicos da economia portuguesa, a Reforma Agrária, o reconhecimento de direitos vitais dos trabalhadores, o reconhecimento dos direitos dos pequenos e médios agricultores, designadamente direitos dos rendeiros e dos povos aos baldios — aspectos tão essenciais da democracia portuguesa como os aspectos relativos às liberdades democráticas e às eleições para os órgãos de soberania e do Poder Local.**

A segunda conclusão (resultante aliás da primeira): **A defesa e continuidade do regime democrático exige, a par da defesa vigorosa e intransigente da democracia política, a defesa vigorosa e intransigente de todas as outras grandes conquistas da Revolução.**

O X Congresso demonstrou, com uma massa impressionante de factos, que, nos últimos 8 anos, as ofensivas inconstitucionais, ilegais, arbitrárias, violentas e criminosas contra os direitos dos trabalhadores, contra as nacionalizações, contra a Reforma Agrária, têm sido sistematicamente acompanhadas de ofensivas contra a democracia política — tentativas de transformar as eleições numa farsa, ofensas e limitações às liberdades, instrumentalização dos grandes meios de comunicação social (nomeadamente da Televisão) à maneira do 24 de Abril, uso da violência, da repressão, de baleamentos, de espancamentos, mesmo de assassinatos, para tentar suster e abafar a justa e heróica resistência e luta do nosso povo.

A experiência dos últimos 8 anos já mostrou que, no quadro da democracia portuguesa, exercendo o povo as liberdades e direitos que a Constituição lhe confere, as forças reaccionárias conseguiram avançar, conseguiram fazer mal, conseguiram morder nas conquistas democráticas, **mas não conseguiram até hoje liquidá-las**.

Entregaram ao grande capital e aos latifundiários empresas e sectores de empresas, barcos, aviões, terras, centenas de milhões de contos, procuraram ferir de morte as nacionalizações e a Reforma Agrária, mas não conseguiram até hoje reprivatizar uma única empresa directamente nacionalizada. Não conseguiram liquidar a Reforma Agrária e ainda hoje existem 350 Unidades Colectivas laborando mais de meio milhão de hectares de terra. Não conseguiram vergar os trabalhadores à capitulação de um pacto social.

Por isso o X Congresso concluiu que a luta continua e continuará em defesa das grandes conquistas da Revolução, luta que é parte integrante da luta em defesa da democracia política.

É reconhecendo e assegurando os direitos dos trabalhadores e de todas as classes e camadas laboriosas, é impedindo a restauração dos monopólios e dinamizando os sectores e empresas nacionalizadas, é impedindo a restauração dos latifúndios e apoiando (ou como dizem os trabalhadores alentejanos e ribatejanos «deixando trabalhar») as UCP's/Cooperativas que se pode assegurar o futuro livre, democrático e independente de Portugal.

Qual o papel, significado, objectivos e missão do governo PS/PSD na vida nacional?

Qual o papel, significado, objectivos e missão do Governo PS/PSD na vida nacional?

O Governo PS/PSD prossegue a política da «AD» em todos os aspectos essenciais.

Os grandes objectivos são os mesmos: liquidação das conquistas da Revolução; restauração dos monopólios; restauração dos latifúndios; restauração do poder dessas grandes forças económicas ligadas ao imperialismo estrangeiro.

E são as mesmas grandes linhas de actuação: é o agravamento das condições de vida e da exploração dos trabalhadores; são os aumentos de preços, são os salários em atraso, são os despedimentos com a *lay-off*, é o desconto do 13.º mês, são medidas e mais medidas para condenar os trabalhadores à miséria, à fome, às dificuldades, para que possam novamente enriquecer os grandes senhores que nos dominaram, que nos exploraram, que nos tiranizaram durante 48 anos de fascismo. São medidas constantes para agravar a situação em todos os sectores onde se trabalha e hoje mesmo foi anunciada uma reorganização e racionalização de recursos humanos na Função Pública mostrando que já começa a operar a *lay-off*, já começam os despedimentos em massa nos projectos do Governo. E a habitação com o anúncio dos aumentos das rendas de casa, é a saúde e o ensino que cada vez se degradam mais. É o agravamento da exploração do campesinato e outras camadas da população laboriosa.

Aqui neste comício não encontraremos muitos pequenos e médios agricultores mas nós aqui também em Lisboa, os trabalhadores de Lisboa, a classe operária de Lisboa, não esquecemos um momento só que o campesinato é seu aliado, que o campesinato é uma força social que está com as conquistas de Abril e que o campesinato nos últimos anos tem mais e mais participado ao lado da classe operária para que finalmente sejam derrotados os governos reaccionários e haja uma política democrática em Portugal.

É também a ofensiva contra as nacionalizações que teve expressão por parte deste Governo com a nova lei dos sectores, conseguindo finalmente a grande burguesia, conseguindo o grande capital, conseguindo a reacção, com o Governo do PS e com o secretário-geral do PS como Primeiro-Ministro, aquilo que não tinha conseguido anteriormente com os governos reaccionários. Mostra-se bem que o dr. Mário Soares, secretário-geral do Partido Socialista, serve com tanta ou mais eficácia o grande capital do que serviam os homens da direita. Os homens da direita não tiveram possibilidades sem a coligação com Mário Soares de realizar esta medida, mas Mário Soares, depois de ter salvo a AD no momento da sua derrota, coliga-se com ela e vai por diante com a lei dos sectores abrindo a banca e outros sectores básicos da nossa economia à criação de empresas privadas.

É também a ofensiva contra a Reforma Agrária que continua com o emprego da GNR.

E é também a ofensiva contra as liberdades, com a manipulação da comunicação social, com Serviços de Informação, com reforço de Corpos Especiais de Repressão e com a repressão, como já mostrou este Governo, no caso da Lisnave, da Marinha Grande, dos seareiros do Ribatejo e dos trabalhadores da Reforma Agrária. São novas manchas negras de vergonha e de crime a assinalar este Governo do PS-PSD.

E depois é também uma política de submissão ao imperialismo norte-americano, uma política de subserviência, uma política de capitulação como mostra o que se conhece do acordo das Lajes, onde, segundo rumores de que a imprensa se faz eco, enquanto os militares que participavam nas negociações defendiam os interesses portugueses, os ministros e os delegados do Governo que nela participavam estavam sempre prontos a mais e mais concessões aos americanos. Já a imprensa se faz eco e seria bom que fosse esclarecido se na verdade isto assim se passou.

É também essa pretensão da integração na CEE como arma política, velha prioridade das prioridades do secretário-geral do Partido Socialista e de outros dirigentes da direita que na última fase vão pedinchando aos países da CEE uma entrada não já para se concretizar mas para ter essa arma política aqui no interior de Portugal para apressarem a luta para a liquidação das nacionalizações e da Reforma Agrária. Num momento em que declaravam finalmente que as portas estavam abertas, foi o momento em que lhes fecharam as portas na cara. Isto, no fim de contas, confirma aquilo que o Partido Comunista sempre disse em relação à eventual integração de Portugal na CEE.

Ainda no que respeita às concessões militares aos Estados Unidos, nós estamos profundamente inquietos com o que podem significar as negociações previstas acerca da utilização do território do nosso Continente pelas Forças Armadas norte-americanas. Nós aqui insistimos: lutaremos contra o alargamento das obrigações militares de Portugal para com a NATO; lutaremos para impedir que as bases do nosso território, designadamente no Continente, sejam utilizadas pela Força Rápida de Intervenção Americana ou para quaisquer actos de agressão. Lutaremos contra a instalação de armas atómicas no nosso território. Lutaremos contra a presença no porto de Lisboa de submarinos atómicos americanos com cargas nucleares.

O X Congresso tirou destes factos algumas conclusões capitais.

A primeira. **O Governo (com M. Soares) de novo salvou as forças reaccionárias no preciso momento da sua derrota.**

A segunda. **Mário Soares, como Primeiro-Ministro, assumiu a liderança da direita e duma coligação reaccionária para prosseguir a política da «AD» que o povo deitara abaixo.**

A terceira. **O Governo PS/PSD é um novo instrumento da ofensiva reaccionária, insere-se no processo contra-revolucionário em curso contra Portugal de Abril.**

Lutar contra este Governo, pela sua demissão e por uma alternativa democrática é **lutar para fazer parar a contra-revolução e para salvar o regime democrático e a independência nacional.**

Quais são as causas da crise que está conduzindo o país ao desastre?

Quais são as causas da crise que está conduzindo o País ao desastre?

O Governo e as forças que o compõem, assim como os seus órgãos de comunicação social, insistem muito em que a causa fundamental é a crise mundial, a crise económica mundial. Sem dúvida que essa crise mundial tem reflexos na economia portuguesa, mas, a nosso ver, não é a causa essencial da crise portuguesa que se distingue em vários aspectos da crise existente dos outros países. Dizem também que foi a transformação das estruturas, que a responsabilidade da crise são as nacionalizações e a Reforma Agrária ou, como alguns ainda insistem, foi o «gonçalvismo» de 1975.

O X Congresso respondeu à pergunta de forma diferente. Respondeu que a causa fundamental da crise profunda que Portugal atravessa é a política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista.

As ofensivas para a destruição das conquistas da Revolução têm sido ofensivas de destruição da economia nacional.

Que se verifica nas **empresas nacionalizadas** como resultado da acção conjugada dos governos e dos gestores nomeados pelo Governo para servir a restauração monopolista?

O X Congresso apresentou uma vastíssima documentação de factos que torna indiscutível a conclusão.

É a delapidação dos bens e do património. É a venda ao desbarato e a entrega de empresas, de bens, de participações. É o desbaratar dos investimentos. É o subaproveitamento da capacidade. É a entrega de sectores rentáveis. É o esbanjamento de recursos. É a descapitalização. É a paralisação dos investimentos. É a asfixia financeira. É a transferência de mais-valias para o estrangeiro. É o abandono dos grandes projectos nacionais.

É, em resumo, uma **obra criminosa de destruição de sectores básicos da economia que dinamizados estavam em condições de dar contribuição decisiva para a recuperação económica do País e que assim atingidos passam a constituir um elemento da crise.**

E na **Reforma Agrária**? O X Congresso apresentou também uma documentação esmagadora dos resultados desastrosos da ofensiva de recuperação latifundista.

É o abandono pelos latifundiários de centenas de milhar de hectares que os trabalhadores tinham cultivado. É a destruição de colheitas, de culturas, de barragens e charcos, de vacarias e outras benfeitorias, ao mesmo tempo que se liquidam 50 mil postos de trabalho.

O Governo PS/PSD, como os governos anteriores (concluiu o X Congresso na base de uma profunda análise económica) leva a cabo **uma verdadeira cruzada de espoliação e de centralização forçada**, uma autêntica operação de pilhagem de meios de produção, de terras, de recursos financeiros para que com eles o grande capital possa acumular rapidamente nas suas mãos gigantescos capitais que jamais conseguiria acumular através de actividades económicas regulares.

A indústria, a agricultura, os transportes, o comércio, os serviços, toda a economia portuguesa sofrem os efeitos de uma tal política.

É a recessão. É a desorganização. É a ruína. É a falência. É a redução do mercado interno. É o agravamento brutal das condições de vida do povo. É o desemprego em massa. É o crescimento das actividades parasitárias, das grandes negociatas e da corrupção que consomem grande parte dos recursos nacionais. E, como consequência, são os empréstimos externos, e mais empréstimos externos, e mais empréstimos externos, contraídos com o FMI em condições de submissão e capitulação nacional, tantos e com tão altos juros que estão estrangulando a nossa economia. É o caminho da falência e da bancarrota nacionais.

É esta política de recuperação capitalista a causa essencial da crise. E por isso **para sair da crise, a primeira condição** (sublinhou o X Congresso) **é abandonar completamente esta política, é respeitar as transformações da nossa economia realizadas com a Revolução,** e empreender finalmente uma política democrática e nacional que prossiga o caminho de Abril.

É inevitável a política do governo PS/PSD ou existe uma outra política capaz de fazer o país sair da crise e de resolver os problemas nacionais?

É inevitável a política do Governo PS/PSD ou existe uma outra política capaz de fazer o País sair da crise e de resolver os problemas nacionais?

O X Congresso afirmou existir uma política alternativa e mostrou quais as linhas gerais dessa política.

5 objectivos fundamentais foram definidos no X Congresso:

1.º — A estabilidade, a legalidade e a ordem democráticas.

2.º — A saída da crise e a recuperação económica voltada para o desenvolvimento.

3.º — O melhoramento das condições de vida materiais e culturais dos portugueses.

4.º — A garantia das liberdades e direitos dos cidadãos.

5.º — A unidade do País, a independência nacional, a segurança e a paz.

O X Congresso desenvolveu largamente as linhas programáticas duma política alternativa.

Sublinhou como **princípios gerais orientadores:**

— a mobilização dos recursos, capacidade instalada, energias produtivas e protencialidades do País com vistas ao aumento da produção industrial e agrícola e à eficiência dos serviços;

— a gestão correcta e planificada dos recursos;

— o alargamento do mercado interno através de uma política de desenvolvimento e de melhoramento das condições de vida do povo.

Dentro destes princípios, o X Congresso desenvolveu largamente as bases e as medidas concretas da política financeira, da política fiscal, da política de crédito, da política industrial, da política agrária, da política de pescas, da política de preços, salário e emprego, da política social, da política de saúde, habitação, segurança social e meio ambiente, da política de ensino, investigação científica e tecnologia e da cultura, uma política externa nacional e patriótica.

Podem-se encontrar nos documentos do nosso Congresso os desenvolvimentos destas grandes linhas programáticas. Trata-se de uma proposta feita ao País e estamos certos que os portugueses, tendo conhecimento real das propostas feitas pelo Partido Comunista, não podem deixar de ver nelas o reflexo dos seus interesses mais profundos, das suas aspirações mais profundas, dos seus objectivos políticos e sociais. Estamos profundamente certos de que se nesta batalha não só nós desmascarámos a política do Governo, mas soubemos mostrar com verdade quais são os nossos objectivos, qual é a política que propomos, ganharemos cada vez mais portugueses e portuguesas para a política do Partido Comunista Português, para a alternativa que o Partido Comunista Português propõe.

Tem o governo PS/PSD condições para durar 4 anos?

Tem o Governo PS/PSD condições para durar 4 anos?

(Clamor da assistência: Não!)

É evidente, camaradas, que a vossa resposta é a resposta que deu o Congresso. Mas se me permitem, eu direi muito sumariamente as razões que o Congresso considerou serem as principais para que este Governo não tenha condições para durar quatro anos.

Uma, é porque não resolve nada, ele **vai agravar todos os problemas nacionais.**

Outra é porque **existem contradições internas entre os dois partidos,** entre a direcção do PSD e do PS e os membros desses partidos, entre estes partidos e a sua base de apoio política, social e eleitoral. Outra razão é que **a base de apoio destes partidos, vai diminuindo cada vez mais.** Já hoje a base de apoio social, política eleitoral do PS e do PSD (não temos qualquer dúvida) é incomparavelmente mais restrita, mais pequena do que era na altura das últimas eleições. A política seguida por este Governo provoca um profundo descontentamento em largas camadas da população, em largos sectores, daqueles mesmos que nas últimas eleições ainda se deixaram enganar, ainda foram votar no PSD e no PS, mas que agora vêem, vêem bem, o que é que representa esta política, porque lhes toca nos seus interesses fundamentais, toca-lhes no emprego, toca-lhes no pão, toca-lhes no bem-estar dos seus filhos, toca-lhes na saúde, toca-lhes nos preços das rendas de casa, e não é apenas para os trabalhadores, porque para os agricultores, para os pequenos e médios comerciantes e industriais, para os intelectuais e quadros técnicos, para as camadas mais desfavorecidas da população, todos podem ver, pela sua experiência própria, o que é que representa a política deste Governo. A base de apoio deste Governo está-se a restringir e ir-se-á restringindo mais e mais, de tal forma que **chegará o dia em que este Governo terá necessidade de socorrer-se dessa base de apoio e ficará no ar pendurado, porque já não terá apoio para se aguentar, não terá apoio para se sustentar.**

Uma outra razão considerada ainda pelo X Congreso para esta sua previsão é **o afrontamento das instituições** por parte deste Governo. Ele julga-se tão forte, tão forte, que afronta tudo.

Eles, que afirmavam que com a revisão da Constituição iam reforçar o elemento parlamentar do regime democrático português, a primeira coisa que fizeram, quando se constituiram em Governo, foi privar a Assembleia da República das suas competências, pedindo à Assembleia da República, através da submissa maioria que têm de deputados, autorizações legislativas para que o Governo legislasse em matéria que era da competência exclusiva da Assembleia da República.

Afronta também a Presidência da República com a continuação de uma guerrilha com vistas, naturalmente, a levar seja à demissão do Presidente da República, seja à diminuição do seu papel na política nacional, porque vê que independentemente de certa proximidade que possa haver com o PS e o PSD nas concepções políticas e nas concepções sociais do Presidente da República, este não é de facto um peão do jogo mesquinho que fazem os partidos que estão no Governo e, como não é um instrumento seu, continuam a sua guerrilha, talvez para facilitar que, nas futuras eleições presidenciais, o dr. Mário Soares tenha o caminho mais fácil para Belém.

Eles **afrontam também o Poder Local** democrático e na Assembleia da República acabam de alterar, modificar e revogar o essencial da Lei das Finanças Locais (que sempre se negaram a cumprir) através do Orçamento Geral do Estado. Isto é anticonstitucional. O Orçamento Geral do Estado está obrigado a cingir-se aos termos das leis em vigor. Não deixará de levantar contra ele não só as autarquias APU, mas, estamos certos, também muitas e muitas outras autarquias, muitas e muitas outras Câmaras Municipais, muitas e muitas outras Juntas de Freguesia que vêem que não podem gerir as autarquias por não terem recursos indispensáveis.

O Governo **afronta também os Tribunais.** Há mais de 200 Acordãos do Supremo Tribunal Administrativo favoráveis aos trabalhadores da Reforma Agrária que anularam decisões de entrega de terras aos agrários. O Governo devia executar esses Acordãos mas até hoje ainda não executou um só.

Afronta os Tribunais. Afronta o Poder Local. Afronta a Assembleia. Afronta o Presidente da República. E também **afronta as Forças Armadas.** Incidentes bem recentes mostraram uma tal arrogância do Governo que no momento dado era visível que estava a concitar contra ele não apenas uma parte, esta ou aquela parte, das Forças Armadas, mas **a instituição militar.** E temos a ideia, camaradas, que essa arrogância foi tão grande, que esse conflito foi tão grande que talvez nem todos nos tenhamos apercebido do que poderia ter contribuido esse conflito (que surgiu pela inépcia, arrogância e a ambição do Governo, do seu ministro da Defesa e o Primeiro-Ministro) para apressar a queda do Governo. Estamos certos que surgirão situações em que os factores se conjugam para que este Governo não dure os 4 anos. Por todas estas razões, o nosso Congresso considerou que este Governo não é Governo para durar muito. Mas há uma outra razão e fundamental. Além destas que já citei — razão fundamental considerada pelo Congresso para afirmar que este Governo não irá aos 4 anos —, essa tal razão fundamental é a luta do nosso povo. É a luta da classe operária. É a luta de massas. **A luta de massas continua a ser o factor determinante da política nacional e conduzirá à derrota deste Governo, tal como conduziu à derrota o governo da AD.**

Nós sabemos bem, camaradas, qual tem sido a sorte dos sucessivos governos que tomaram como objectivo central da sua política a liquidação das conquistas da Revolução e a restauração dos monopólios e latifúndios. Foi o governo PS sózinho, foi o governo PS/CDS, foi o governo da AD, e todos esses governos acabaram por ir abaixo. Não se trata apenas de factos. Trata-se de uma lição. Está condenado ao fracasso qualquer governo que queira destruir o Portugal de Abril. O governo da AD caiu, também o Governo PS/PSD cairá.

X Congresso

Haverá força para que uma alternativa seja alcançada?

Haverá força para que uma alternativa seja alcançada?

Já vimos as fraquezas do Governo.

Antes de mais, o que tem mostrado a evolução da situação nacional?

1.º — **O povo tem tido força para defender palmo a palmo os seus direitos e as conquistas de Abril.**

O X Congresso tratou largamente da luta extraordinária e heróica do povo português na defesa das conquistas democráticas.

Os anos decorridos desde o IX Congresso foram marcados por um **notável ascenso** da luta operária, popular e democrática.

Raras vezes (talvez nunca) se verificou na história do movimento operário português uma tão vasta e intensa vaga de lutas.

E acompanhando a classe operária, o campesinato entrou em acção como força nacional, as mulheres, os jovens, os intelectuais, as classes e camadas intermédias e as mais desfavorecidas intervieram corajosamente nas batalhas económicas, sociais e políticas na defesa dos intessses vitais do povo e das conquistas da Revolução.

Foram milhares e milhares de lutas, concentrações, manifestações, greves, com destaque para as duas grandiosas greves gerais de 1982, lutas muitas vezes reprimidas pela violência, lutas em que se elevou bem alto a consciência política, a clareza de objectivos, a determinação de luta, a coragem e o heroísmo do nosso povo.

O X Congresso sublinhou também que, a par das lutas de massas, se travaram grandes batalhas eleitorais, se desenvolveu a acção parlamentar, se realizou um extraordinário trabalho nas Autarquias, se trabalhou afincadamente nas empresas nacionalizadas, na Reforma Agrária, na frente cultural, para assegurar a defesa das grandes conquistas democráticas.

E, apesar das furiosas ofensivas da contra-revolução, se até hoje não foi reprivatizada uma só das empresas directamente nacionalizadas, se estão de pé, combatendo e trabalhando, 350 UCPs/Cooperativas com 500 mil hectares de terra; se o povo português continua exercendo liberdades e direitos conquistados com Abril — **isso deve-se fundamentalmente à sua própria luta.**

2.º — **O povo e as instituições têm tido força para derrotar sucessivas tentativas de golpes contra-revolucionários.**

Por vezes nós esquecemos este facto: a reacção tem avançado? Tem. Tem dado golpes sérios nos direitos dos trabalhadores, no bem-estar do nosso povo, nas conquistas da Revolução. Tem avançado. Mas os grandes planos que iniciou e com os quais avançou para a liquidação do regime democrático, esses planos foram derrotados. Foram derrotados sem já falar de antes do 25 de Novembro. Sem já falar das primeiras derrotas da reacção, do chamado golpe Palma Carlos, do 28 de Setembro, do 11 de Março. Sem já falar na derrota que sofreu já depois do 25 de Novembro com a promulgação da Constituição da República no dia 2 de Abril de 1976, promulgação essa que estava ameaçada pela conspiração reaccionária que queria impedir o Presidente da República de promulgar a Constituição e que (aqui uma vez mais é bom lembrar) foi promulgada na própria Assembleia, porque o Presidente da República indo à Assembleia assinou logo ali, promulgou logo ali para que não houvesse ainda a possibilidade de concretização de todo um projecto conspirativo que se estava a desenvolver para que o General Costa Gomes fosse demitido antes de promulgar a Constituição para que entrasse um outro Presidente que já não promulgasse a Constituição de 1976.

Depois foi o plano orientado e gizado por Sá Carneiro, o plano que se desenvolveu em 1980, e sabemos que esse plano devia culminar com a eleição do Soares Carneiro para a Presidência da República, anunciando já medidas contrárias à democracia, e ficariam com a Presidência da República, com o Governo, com maioria na Assembleia e apossando-se do Poder estariam em condições de transformar rapidamente a situação nas Forças Armadas para as utilizar depois contra o nosso povo. Também sabemos, camaradas, que houve muitos, muitos trabalhadores, muitos democratas, muitos comunistas que engoliram sapos vivos, mas a reacção não passou e não temos razão para não considerar que a nossa posição foi justa para derrotar o general Soares Carneiro e contribuir nesse momento crucial para a defesa da democracia. Depois foi em 1981/82 a revisão da Constituição, feita com o colaboracionismo de Mário Soares e do seu grupo. Revisão da Constituição, que primeiro era mais ambiciosa, tinha em vista liquidar praticamente toda a Constituição, incluindo liberdades e direitos dos cidadãos, incluindo a organização económica alcançada com a Revolução de Abril, mas que depois se cingiu à transformação do poder político. Foi a liquidação do Conselho da Revolução, foi a transferência dos poderes essenciais do Presidente da República, em matéria militar, e do Conselho da Revolução para o Governo, designadamente para o ministro da Defesa. Todos nos lembramos que nessa altura o ministro da Defesa era Freitas do Amaral, foi ele que fez um projecto de Defesa Nacional, foi ele que dirigiu todo esse plano tendente a concentrar nas suas mãos e nas mãos do Governo os poderes militares. Era novamente o mesmo plano do assalto às Forças Armadas, era o mesmo plano de instrumentalizar as Forças Armadas, era o mesmo plano de utilizar as Forças Armadas depois para aplicar uma política de direita e para impor ao nosso povo um regime antidemocrático com a liquidação dos direitos e liberdades, com a liquidação das conquistas de Abril.

Mas também o nosso povo lutou, confiou na vitória, e durante mais de um ano ouvimos nessa luta a exigência «AD para a rua» e a AD foi para a rua pela luta do nosso povo. Foi a demissão do governo Balsemão/Freitas do Amaral, foi a dissolução da Assembleia da República, aonde tinham maioria, e foi a realização de eleições antecipadas. Foi uma grande derrota que o nosso povo infligiu à reacção.

E interessa, camaradas, sublinhar que precisamente a **AD foi para a rua tendo a maioria na Assembleia da República**. Eles tinham a maioria de deputados e não tinha terminado o mandato desses deputados. Ainda estavam dois anos por diante. Podemos dizer que formalmente havia uma maioria na Assembleia da República que poderia dar o suporte à formação de um novo governo AD. Eles bem reclamaram, eles bem barafustaram, eles bem diziam que tinha caído o governo mas não tinha caído a maioria na Assembleia. Mas não conseguiram. Foram abaixo e bem abaixo. O povo português atirou-os abaixo e as instituições também o atiraram abaixo.

A AD tinha maioria na Assembleia e julgava que essa maioria na Assembleia lhe dava cobertura para todos os crimes. O Governo PS/PSD diz agora ter a «maior maioria», mas também essa «maior maioria» não é suficiente para lhe garantir que ficará muito tempo no Governo.

Que **«maior maioria»** é essa? Essa tão apregoada «maior maioria» já pouco mais é do que a maioria dos deputados na Assembleia da República.

Porque **a essa maioria de deputados PS/PSD não corresponde uma base social de apoio maioritária.**

O X Congresso definiu com rigor **a arrumação das forças sociais** a partir dos seus interesses de classe.

Qual é a base de apoio social do Governo?

Objectivamente (concluiu o X Congresso) constituem **a base de apoio social do Governo PS/PSD**: o grande capital; os grandes proprietários; os senhorios ricos; os grandes rendeiros; os grandes armazenistas e intermediários especuladores; o alto funcionalismo nomeado; uma parte dos industriais e comerciantes; importante parte das chamadas profissões liberais e dos quadros técnicos.

Tudo isto junto é **uma fracção reduzida** da população portuguesa.

E qual é a **base de apoio para uma alternativa democrática?**

Objectivamente (concluiu o X Congresso) constituem **a base de apoio para uma alternativa democrática**: os trabalhadores; os pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais; os intelectuais e importante parte dos quadros técnicos; as camadas mais desfavorecidas da população.

A base social de apoio à política do Governo é muito limitada.

A base social de apoio para uma alternativa democrática é constituída pela **maioria esmagadora da população portuguesa.**

É certo que uma parte considerável daqueles que são duramente atingidos pela política do Governo PS/PSD e que estão objectivamente interessados numa alternativa democrática **votaram PS ou PSD.**

Mas é igualmente certo que **milhares e milhares daqueles que votaram no PS e no PSD se levantam agora contra a política imposta ao povo pelo Governo dos partidos em que votaram.**

Nós daqui saudamos todos aqueles que participam na resistência e na luta contra a política do Governo PS/PSD, **seja qual for o partido a que pertençam ou em que votaram.**

O critério para definir as posições dos portugueses e portuguesas no momento presente não é tanto o partido em que têm votado, mas a atitude real que tomam ante as medidas do Governo PS/PSD, ante os despedimentos, ante os salários em atraso, ante o *lay-off*, ante o aumento das rações, adubos e outros factores de produção dos camponeses, ante a ofensiva contra a Reforma Agrária e ante todas as outras ofensivas do Governo PS-PSD contra a democracia e as suas conquistas.

O X Congresso concluiu que **o Governo tem uma campo social de apoio extraordinariamente mais reduzido que o eleitorado do PS e do PSD das últimas eleições.**

E uma alternativa democrática tem um campo social de apoio muitíssimo mais vasto do que o eleitorado do PCP e APU nas últimas eleições.

Esta arrumação das forças sociais traduz-se na intervenção na luta contra a política do Governo PS/PSD não somente dos trabalhadores mas de sectores cada vez mais largos de todas as classes e camadas antimonopolistas.

Cada qual tem a sua dinâmica própria mas todas estas lutas convergem num objectivo comum e esse objectivo comum já não tem uma natureza apenas económica e social mas tem um fim político. Esse objectivo inevitável dessas grandes correntes de luta que se formam com objectivos concretos é a demissão do Governo PS/PSD, é a criação de um governo democrático que na verdade resolva os problemas de todas essas classes e camadas da população, um governo democrático que consiga resolver os grandes problemas nacionais no quadro da democracia e da independência nacional.

Existe de facto **já hoje em movimento uma vasta e poderosa força social**, com influência real na situação política.

No dia em que esta poderosa frente social se transformar numa frente política não haverá forças capazes de impedir uma real alternativa democrática.

E no plano político?

Poderá avaliar-se a balança de forças dos partidos pelas suas alianças e coligações?

Não, camaradas.

No que respeita ao **PS e ao PSD**, a sua influência real é muito menor que o seu eleitorado nas últimas eleições.

No que respeita ao **PCP** pode dizer-se que a **nossa influência vai muito além das fronteiras do nosso eleitorado.**

Esta situação conduz-nos a uma outra questão a que o X Congresso deu resposta:

gor e com patriotismo, acabando com a politiquice mesquinha, o jogo de ambições que caracteriza a actual maioria parlamentar e adoptando uma política que, no quadro da democracia, da legalidade democrática e da independência portuguesa, **empreenda uma política verdadeiramente nacional.**

O X Congresso definiu um tal governo como **um Governo Democrático de Salvação Nacional** e sublinhou que **todos os democratas e patriotas**, qualquer que seja a sua filiação partidária, **têm restrita obrigação de dar a sua contribuição para viabilizar um tal governo.**

O X Congresso sublinhou que o PCP pela sua parte está aberto ao exame da viabilização de um tal governo.

Mas sublinhou qualquer coisa mais.

Sublinhou que, **para que Portugal saia da crise, para que os problemas nacionais sejam resolvidos é indispensável a participação do PCP no Governo.**

E é indispensável porque: fracassaram todos os governos constituídos com exclusão do PCP; os problemas se agravam com a política do PS, PSD e CDS; o PCP conhece profundamente os problemas e apresenta soluções que correspondem inteiramente à realidade e às necessidades nacionais; o PCP é o único grande partido indissoluvelmente ligado aos trabalhadores e às massas populares, com influência e capacidade de mobilização.

Disposto a contribuir para qualquer solução que garanta no essencial os mesmos objectivos, o X Congresso concluiu que **o PCP está disposto a assumir as suas responsabilidades num Governo Democrático de Salvação Nacional e que está preparado para isso.**

Quais são as grandes direcções da luta popular e democrática no momento actual?

Quais são as grandes direcções da luta popular e democrática no momento actual?

O X Congresso definiu **as grandes linhas de defesa da Democracia** no momento actual. A Constituição e a legalidade democrática, as liberdades e direitos, a nova organização económica, as nacionalizações e a Reforma Agrária, os interesses dos trabalhadores e das massas populares, o Poder Local democrático, o funcionamento regular das instituições, a isenção das Forças Armadas e a independência nacional. É tarefa fundamental não deixar os inimigos de Abril romperem estas grandes linhas de defesa. É necessário organizar a defesa de todas estas linhas da democracia. Mobilizar as massas, defender palmo a palmo as conquistas e desenvolver lutas económicas, lutas sociais, lutas políticas, defender as condições de vida dos trabalhadores, lutar contra qualquer tentativa do seu agravamento e dar resposta taco a taco às ofensivas e às medidas do Governo.

Há ou não condições para travar com sucesso estas batalhas?

Sim, há condições.

O movimento operário, popular e democrático é **um movimento vastíssimo, fortemente organizado, com grande experiência de luta e em nítido ascenso geral.**

Por vezes nós próprios não damos o valor devido à imensa força e às inexgotáveis potencialidades do movimento de massas.

Mas foi o movimento de massas (com a classe operária na vanguarda) a força determinante das transformações democráticas da Revolução Portuguesa e a força determinante na sua defesa frente às ofensivas contra-revolucionárias.

O X Congresso consagrou grande atenção à organização e à luta da classe operária e das massas populares e indicou como tarefa dos comunistas darem os seus melhores esforços para o desenvolvimento dessas organizações e lutas defendendo, respeitando sempre (e esta orientação ficou consagrada numa alteração aos Estatutos aprovada no Congresso), **defendendo e respeitando sempre a autonomia, democraticidade e carácter unitário das organizações e movimentos.**

O X Congresso sublinhou a força poderosa do **movimento sindical unitário organizado em torno da CGTP-IN,** grande e única verdadeira central sindical, eixo motor da luta organizada dos trabalhadores portugueses.

As forças reaccionárias, o grande capital, o CDS, o PSD e o PS/Mário Soares e o imperialismo procuram desesperadamente quebrar a unidade sindical, enfraquecer a CGTP.

Mas a verdade é que a CGTP é cada vez mais forte. E disso temos nós indícios dia a dia e quase podemos dizer hora a hora.

Já depois de nos encontrarmos aqui no Pavilhão chegou uma notícia. É o resultado das eleições da Secção Regional de Setúbal do Sindicato dos Bancários. Até agora, antes destas eleições, a maioria absoluta era de uma lista PS-PSD. Nas eleições de que nos chega agora a notícia a maioria absoluta passou a ser da lista unitária.

O X Congresso sublinhou também a importância das **Comissões de Trabalhadores** e das **Comissões de Moradores.** Do **movimento camponês** que conta com centenas de organizações unitárias e que adquiriu nos últimos anos o carácter de **um grande movimento nacional** em defesa dos interesses dos pequenos e médios agricultores e da agricultura portuguesa. Do **movimento dos pequenos e médios comerciantes e industriais** em que se revela um rápido processo de consciencialização.

Do **movimento dos intelectuais** com expressões diversificadas no plano cultural, político, social, ideológico e sindical. Do **movimento das mulheres** cuja intervenção combativa na luta é cada vez mais larga e intensa e que conta com valiosos movimentos e organizações unitárias como o MDM, estruturas sindicais e comissões unitárias. Do movimento da juventude, nas suas múltiplas formas e organizações, no qual tem um papel decisivo a nossa magnífica **Juventude Comunista Portuguesa** (JCP). Do **movimento pela Paz** que, abrangendo amplos sectores sociais e políticos, ganhou grande projecção na vida nacional no cumprimento de uma tarefa central na hora presente. Do valoroso **movimento dos reformados.** Do valoroso **movimento dos deficientes.** Do **movimento associativo popular** com milhares de colectividades de cultura, desporto, recreio, educação e outras actividades. **Das organizações económicas** em que se destacam o **movimento cooperativo** e as **UCPs-/Cooperativas da Reforma Agrária.**

Trata-se de uma força imensa que, conjugada, poderá ser determinante para a derrota do Governo PS/PSD, para uma alternativa, para a saída da crise, para garantia da defesa e continuidade do regime democrático.

E **no plano político**?

Onde se encontram as forças políticas correspondentes?

Há em primeiro lugar **o nosso Partido**, que o X Congresso confirmou como o grande e heróico Partido do Portugal de Abril.

Há os nossos companheiros do **MDP**, que connosco participam na **APU** e que daqui saudamos.

Há alguns pequenos agrupamentos, vacilantes, mas susceptíveis de serem ganhos.

E há ainda milhares de **membros e eleitores do PS** que manifestam o seu desacordo com a política de Mário Soares.

E há milhares e milhares de democratas independentes, democratas, hoje, sem partido, mas que estão destinados a desempenhar importante papel na vida política portuguesa.

A **grandiosa Frente Social em movimento** acabará por ter expressões políticas correspondentes e nesse momento poderemos dizer que **o futuro democrático e independente de Portugal estará inteiramente assegurado.**

Ainda quanto às tarefas imediatas, além de toda a movimentação de massas e da luta popular, o nosso Congresso deu particular atenção às próximas eleições presidenciais de 1985.

O Congresso definiu a previsível candidatura de Mário Soares como uma candidatura da direita. Lembram-se os camaradas e amigos que nas Teses postas a debate no Partido, pelo Comité Central, em relação à candidatura de Mário Soares era dito estar excluído o apoio do PCP a essa candidatura. Houve, entretanto, quem não compreendesse totalmente o alcance dessa expressão, além do mais porque ela não era completamente rigorosa. E surgiram perguntas nesse sentido. Então o Partido Comunista diz que está excluído o seu apoio à candidatura. Mas suponhamos que a candidatura vai para a frente e que se cria uma situação na 2.ª volta em que haja Mário Soares e um outro qualquer candidato, mesmo um candidato da direita. Nessa altura o Partido que não apoiou a candidatura, estará disposto a dar os seus votos a Mário Soares? O Congresso respondeu pela negativa. E por isso acrescentou ao texto que era proposto nas Teses uma nova expressão. Na Resolução Política ficou escrito que está excluído **o apoio do PCP à candidatura de Mário Soares ou qualquer indicação de voto nesse candidato.**

Agora há que trabalhar para que haja um candidato democrático, já não dizemos por acordo de todas as forças interessadas na democracia, mas pelo menos um candidato democrático que, na linha da estabilização do regime democrático que tem sido seguida nos últimos mandatos, possa receber a convergência, a confluência dos votos das forças mais variadas que queiram que viva e prossiga o Portugal de Abril. **Não se trata de trabalhar apenas para que haja um candidato para a 1.ª volta, mas sim um candidato da democracia, o candidato do regime democrático, um candidato de Portugal como nação independente, como nação livre que quer viver sem ser submetida ao imperialismo estrangeiro, um candidato que vença as eleições.**

Caindo o governo PS/PSD, seja porque é demitido, seja porque se venha a demitir por ser insustentável a sua posição, que Governo se poderá formar?

Caindo o Governo PS/PSD seja porque é demitido seja porque se venha a demitir por ser insustentável a sua posição, que Governo se poderá formar?

Que há uma política alternativa já muitos hoje acreditam. Que a política do Partido, proposta pelo Partido, corresponde aos interesses fundamentais do nosso povo e é capaz de solucionar os grandes problemas nacionais há muitos portugueses, além dos comunistas e dos nossos eleitores, que acreditam. Mas **uma coisa é uma política alternativa, outra coisa é a alternativa política, ou seja, a possibilidade de formar um governo que aplique aquela política que nós propomos.** E esta é uma pergunta que as pessoas fazem.

Muitos dizem:

É muito justa a política que o Partido Comunista propõe, mas como realizá-la? Como é que se pode formar um governo quando existe na Assembleia três partidos que têm 4/5 dos deputados e que nesta batalha o Partido Comunista Português só tem 40 deputados?

Nós não medimos a força pelo número de deputados. A vida portuguesa já mostrou que as transformações na situação política não se operam apenas contando o número de deputados e a força dos deputados e as palavras dos deputados na Assembleia.

Como concluiu o X Congresso (aliás em desenvolvimento de Teses já anteriormente expostas) esta situação mostra a existência de **um vastíssimo campo social politicamente vazio.** Ou seja. **Há centenas de milhar de portugueses que não se reconhecem em nenhum dos partidos existentes.** Naturalmente que nós fazemos o possível para ganhar uma parte desses portugueses que em determinado momento acreditaram que o PSD e o PS ou o CDS podiam resolver os seus problemas e que hoje verificam que assim não é. E muitos temos ganho e continuaremos a ganhar. Mas somos realistas, e não vemos uma possibilidade, num curto prazo, de que todas essas centenas de milhar de portugueses que se desiludem com a política do Governo e que se afastam dos partidos que o compõem venham imediatamente até nós. Por isso mesmo acreditamos que existe um vasto campo social que neste momento está politicamente vazio de portugueses que não se reconhecem em nenhum partido e que estariam maduros para aceitar a criação de novos partidos que correspondessem aos seus interesses fundamentais e defendessem uma política capaz de solucionar o fundamental dos problemas nacionais. Daí que concluiu o nosso Congresso, como aliás já o nosso Partido anteriormente tinha concluído, na existência de condições objectivas para a formação de novos partidos.

Tendo conhecimento desta conclusão do nosso Congresso, a Comissão Permanente do PS publicou um comunicado em que afirma haver «espaço político (...) para a criação de um novo partido comunista (...) pluralista e civilista».

Nós compreendemos perfeitamente a necessidade que sentem estes senhores de **um outro PC**, um partido que não fizesse ondas, um partido esvaziado de espírito de classe, de combatividade, de determinação e de ideal, um partido dividido e desacreditado — compreendemos como um tal partido seria necessário, não para os trabalhadores, nem para o povo, nem para a democracia, nem para o País, mas necessário para o grande capital, para a contra-revolução, para o Governo PS/PSD.

Mas percam daí a ideia.

O PCP é e será um partido fiel à causa dos trabalhadores, do povo, do País, da democracia, da independência nacional, da paz e do socialismo.

Que significa esta arrumação de forças quanto à queda do Governo PS/PSD?

Significa (concluiu o X Congresso) que, **ou muda o actual quadro partidário e as suas alianças e a composição na Assembleia da República, ou não será possível um governo de alternativa baseado numa maioria de deputados na Assembleia da República.**

Com a actual Assembleia da República e com a actual aliança do PS com o PSD e o CDS, um governo com maioria parlamentar não poderia deixar de ser um governo precisamente com a mesma política da «AD» e do Governo PS/PSD, ou seja um governo condenado ao fracasso, um governo para agravar ainda mais a crise e todos os problemas, um governo para ser formado, e ser atirado abaixo como foi o governo «AD» e como será o Governo PS/PSD.

Seria, no fim de contas, o impasse das instituições.

Por isso, o X Congresso adiantou a ideia de que, caindo o Governo PS/PSD, para que se forme um governo de alternativa na base de uma maioria na Assembleia da República será necessário **uma de duas condições:**

— Ou o PS abandona as alianças com a reacção e se reconverte a uma política democrática (e não é de admitir que o faça com Mário Soares, que se tornou um real líder da direita que serve o grande capital e o imperialismo);

— Ou se criam um novo partido democrático ou novos partidos democráticos — e o X Congresso concluiu que as condições são favoráveis para que se criem — **que ocupem esse tal campo social agora politicamente vazio e ganhem assim um forte apoio social, político e eleitoral, que modifique profundamente o quadro partidário actual e através de novas eleições antecipadas, modifique profundamente a composição da Assembleia da República.**

Mas será essa a única solução, quando cair o Governo PS/PSD?

É uma solução, mas não a única.

Seja qual for o quadro partidário no momento da queda do Governo PS/PSD, a situação em que o Governo deixará o País será tão grave que se imporá em absoluto a formação de um governo que ataque os problemas com capacidade, com seriedade, com vigor e com patriotismo, acabando com a politiquice mesquinha, o jogo de ambições que caracteriza a actual maioria parlamentar e adoptando uma política que, no quadro da democracia, da legalidade democrática e da independência portuguesa, **empreenda uma política verdadeiramente nacional.**

O X Congresso definiu um tal governo como **um Governo Democrático de Salvação Nacional** e sublinhou que **todos os democratas e patriotas**, qualquer que seja a sua filiação partidária, **têm restrita obrigação de dar a sua contribuição para viabilizar um tal governo.**

O X Congresso sublinhou que o PCP pela sua parte está aberto ao exame da viabilização de um tal governo.

Mas sublinhou qualquer coisa mais.

Sublinhou que, **para que Portugal saia da crise, para que os problemas nacionais sejam resolvidos é indispensável a participação do PCP no Governo.**

E é indispensável porque: fracassaram todos os governos constituídos com exclusão do PCP; os problemas se agravam com a política do PS, PSD e CDS; o PCP conhece profundamente os problemas e apresenta soluções que correspondem inteiramente à realidade e às necessidades nacionais; o PCP é o único grande partido indissoluvelmente ligado aos trabalhadores e às massas populares, com influência e capacidade de mobilização.

Disposto a contribuir para qualquer solução que garanta no essencial os mesmos objectivos, o X Congresso concluiu que **o PCP está disposto a assumir as suas responsabilidades num Governo Democrático de Salvação Nacional e que está preparado para isso.**

Qual é o papel do PCP na democracia portuguesa?

Qual é o papel do PCP na democracia portuguesa?

O próprio X Congresso, pelos seus trabalhos e por tudo quanto revelou da orientação, do conhecimento dos problemas, da actividade, da capacidade de realização, da força organizada, da influência de massas do Partido, constitui uma comprovação de que o PCP é em Portugal uma força democrática sem paralelo, uma força necessária, indispensável e insubstituível para a solução dos grandes problemas nacionais.

Como já é sabido, o X Congresso tratou largamente dos problemas de Direcção, de quardos, de estilo de trabalho, de organização, de informação e propaganda, de imprensa, de trabalho ideológico, de aplicação criativa do marxismo-leninismo e outros.

Já é conhecida a eleição do novo Comité Central, que passou a ser constituído por 91 membros efectivos e 74 suplentes ou seja um total de 165 membros das quais 48 pela primeira vez.

Mantém-se no CC a maioria operária.

Passa a haver no CC 22 mulheres (o que consideramos pouco satisfatório) das quais 8 eleitas pela primeira vez.

O CC na sua primeira reunião plenária elegeu a Comissão Política, que passou a ter 25 membros dos quais 18 efectivos e o Secretariado, que manteve a composição anterior com mais um membro suplente eleito.

Foram eleitas duas mulheres, membros suplentes da Comissão Política, e uma mulher, membro suplente do Secretariado.

O Comité Central resolveu também criar um novo organismo – o Secretariado Político Permamente – para o qual foram eleitos 5 camaradas. Um objectivo é ser um organismo que prepara politicamente o trabalho da Comissão Política e do CC, órgãos aos quais cabe a decisão.

Finalmente o CC elegeu como secretário-geral o camarada que tem desempenhado essas funções.

Estas decisões, consideradas globalmente, constituem **uma renovação efectiva dos organismos de direcção,** ligando num trabalho colectivo, quadros com muitos anos de Partido e larga experiência e quadros mais novos também com grandes provas dadas de capacidade e dedicação.

No que respeita a organização, o número de membros do Partido ultrapassou os 200 000 (200 753) (não incluindo os jovens comunistas), o que representa o aumento de 36 040 em relação ao IX Congresso realizado em 1979.

O número de mulheres membros do Partido subiu para 43 451, o que representa o aumento de 9615 mulheres em relação a 1979.

Assim o Partido apresentou-se no X Congresso **reforçado, com uma exaltante prática de trabalho colectivo e de democracia interna, unido, coeso, determinado, pronto a continuar a luta com os trabalhadores e as massas populares, preparado para assumir as suas responsabilidades numa alternativa democrática à política actual e ao Governo actual.**

O PCP não tem a pretensão de poder sozinho determinar uma alternativa democrática e resolver os problemas nacionais.

Mas tem a segurança de que sem os comunistas, sem os trabalhadores, sem o povo, nunca os problemas nacionais poderão ser resolvidos.

No seguimento da orientação definida pelo X Congresso, empenharemos todos os nossos esforços para que se reforce a unidade dos trabalhadores, a unidade de todas as forças sociais interessadas numa alternativa, a unidade ou pelo menos a confluência do trabalho, dos esforços e da luta de todos os democratas e patriotas.

Realizado o Congresso, temos por diante grandes tarefas. Trabalharemos incansavelmente para realizá-las.

A democracia tem mais força que a reacção.

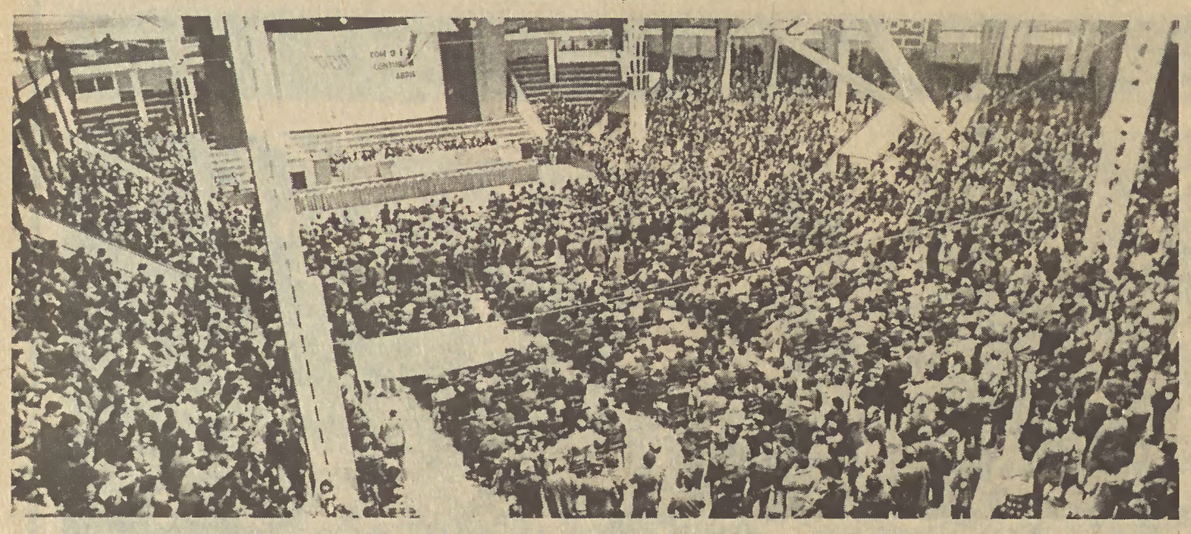
O Governo PS/PSD será derrotado.

O povo português tem força bastante para impedir o desastre, para alcançar uma alternativa democrática que faça o País sair da crise e assegure que Portugal retomará o caminho de Abril – para bem do povo e para bem da pátria.

Com o PCP, o povo português continuará Abril.

Viva o Partido Comunista Português!

PCP



Comício no Pavilhão dos Desportos

Um primeiro passo na divulgação das conclusões do X Congresso

X CONGRESSO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS ☆ PORTO • 15 a 18 de DEZEMBRO • 1983

Pavilhão dos Desportos repleto. Era, fez ontem oito dias (o último «Avante!» já saído das máquinas e a ser vendido às portas e no átrio da sala), o anunciado comício de apresentação em Lisboa das conclusões do X Congresso. A intervenção central caberia ao camarada Álvaro Cunhal, que, de facto, em pouco mais de uma hora conseguiu transmitir, num discurso articulado sobre dez perguntas que foi formulando e a que foi respondendo, o essencial do nosso Congresso — quatro dias de trabalho no Porto que culminaram meses de debate em todas as estruturas e organismos do Partido e lhes exigiram o cumprimento de numerosas outras tarefas, de ordem política e de ordem técnica, desde a recepção a cerca de 70 delegações estrangeiras aos complexos problemas de implantação e organização do próprio Congresso.

Em noite de dia de trabalho e em véspera de outro dia de trabalho, o Pavilhão foi predominantemente de lisboetas, e de lisboetas comunistas — dos milhares que em Lisboa não puderam ir ao Porto. Muitos deles identificados com panos das suas células, empunhando muitos outros as bandeiras do Partido que se trazem para a rua em dias de festa e em dias de luta. Na bancada fronteira ao palco, as bandeiras pegavam-se mais notoriamente umas nas outras: foi o primeiro local escolhido e «ocupado» pela juventude, em breve transbordando para toda a sala, contagiando e deixando-se contagiar pelo entusiasmo e pela rapidez e justeza de resposta, nas palavras de ordem entoadas, dessa assistência feita de gente de todas as idades e de uma só vontade que costuma marcar os grandes comícios do nosso Partido.

A primeira grande saudação, num repetido «PCP!», surgiu logo quando Elvira Nereu, uma camarada da DORL agora eleita membro suplente do CC, anunciou os objectivos do comício e deu entrada à mesa — uma «pequena multidão» de 39 dirigentes do Partido que, excluindo o Secretário-Geral, um camarada da SIP central e um camarada do «Avante!» também ali presentes, são todos representantes no CC dos mais de 52 mil comunistas organizados em toda a região de Lisboa. Quatro desses 36 dirigentes do Partido ligados à ORL — Octávio Pato, José Casanova e, desde o Congresso, Zita Seabra e António Orcinha — são simultaneamente membros de organismos executivos do CC.

O Congresso e a Comunicação Social: manchetes e prosas mexeriqueiras

Após breve saudação aos camaradas da Organização Regional do Porto «pelo magnífico trabalho desenvolvido para a realização do Congresso e pela forma solidária, amiga e carinhosa como nos receberam e apoiaram», e do sucinto apontar das direcções de trabalho essenciais decorrentes do Congresso — contra a política do Governo PS/PSD, pelo reforço do Partido, nesta «batalha para continuar Abril» que é «uma batalha para ganhar» — **José Casanova**, agora eleito membro efectivo da Comissão Política, o primeiro orador do comício, centrou a sua intervenção na forma como certos órgãos de informação acompanharam e noticiaram o Congresso.

(Lembremos que, além do «Avante!», vinte órgãos de informação nacionais estiveram no Congresso, alguns deles através de vários jornalistas; estiveram lá todos os dias; ouviram e viram tudo, dispuseram de todos os materiais, entrevistaram muitos dos delegados e convidados e puderam falar com toda a gente. Tiveram local, apoio e meios de trabalho perfeitamente aceitáveis. Como o aproveitaram?)

Como notou José Casanova, **«com raras excepções, jornalistas, comentadores políticos, analistas perderam uma excelente oportunidade de informarem os seus leitores, com rigor e verdade, sobre a posição do Partido dos trabalhadores face à situação política actual e às suas perspectivas (...); aos factos concretos preferiram as manchetes delirantes e mexeriqueiras; à análise da discussão ampla e profunda sobre a situação nacional desenvolvida no Congresso preferiram o boato, a mesquinhice, a intriga, por vezes a provocação e a calúnia.**

«Alguns estiveram lá — prosseguiu — **mas de costas viradas para o Congresso; e chegados cá fora viraram o disco e tocaram a música da *cassette* roufenha e gasta do anticomunismo tradicional».**

E mais adiante:

«O Congresso apresentou as propostas do PCP para a resolução da crise económica, mas eles fecharam os ouvidos e continuaram a dizer que o PCP não tem alternativa. O Congresso revelou, de forma clara, a ampla vida democrática interna do Partido, o seu estilo de direcção e trabalho colectivos, a sua profunda ligação às massas, a sua disponibilidade para o diálogo com vistas ao entendimento das forças democráticas, mas eles fecharam os ouvidos e continuaram a propaganda sobre "a máquina do PCP", "o sectarismo do PCP", "o isolamento do PCP", "o projecto totalitário do PCP", "o discurso repetitivo do PCP", "a sujeição do PCP à U. Soviética", etc., etc., etc.

«De tal forma procederam que há razões para lhes dizermos: tenham vergonha e acabem de uma vez por todas com essa história da máquina, que accionada por um botão de fé e de mística põe em movimento automático todos os militantes do PCP: o que move, de facto, a grande massa dos militantes do PCP é a vontade de construir um país melhor para todos os portugueses; e é para alcançar esse objectivo que os comunistas lutam, com toda a sua capacidade, com toda a sua inteligência, com todos os sacrifícios, inclusive o da própria vida se necessário for; acabem de uma vez por todas com essas baleias do partido fechado e sectário cujos militantes se limitam a cumprir obedientemente as decisões do CC; e analisem objectivamente o funcionamento interno e a política de unidade do Partido, transparentes quer na forma como foi organizado o Congresso quer nas conclusões dele saídas.

Partido de uma só cara e de uma só palavra

«Acabem uma vez por todas com essa ilusão de "isolamento do PCP" e abram os olhos à realidade que é o crescimento constante do Partido, a sua cada vez maior influência e implantação junto das massas trabalhadoras; acabem de uma vez por todas com o disparate do projecto totalitário do PCP e observem antes a prática de cada um dos partidos nos diversos órgãos de poder. Analisem por exemplo, o trabalho dos comunistas no Poder Local, confrontem os seus métodos de gestão com os dos eleitos de outras forças políticas e concluam depois onde é que está a vocação e a prática totalitárias; acabem de uma vez por todas com a lenga-lenga do "discurso repetitivo do PCP" e ouçam as nossas propostas, discutam-nas, manifestem o vosso acordo ou o vosso desacordo mas discutam as nossas propostas e não as propostas que nos são falsamente atribuídas (mas se, quando insistem em dizer que o PCP tem que mudar de discurso, o que pretendem é que o PCP mude de política, então desiludam-se desde já: o PCP é um Partido de gente séria, é um Partido de uma só cara e de uma só palavra, que tem um compromisso firmado com os trabalhadores e o povo português, e assumirá esse compromisso seja em que situação for); acabem de uma vez por todas com a calúnia da "sujeição do PCP à U. Soviética" e analisem objectivamente as posições do PCP quer na política interna quer na política externa, porque se assim fizerem irão encontrar os comunistas nas primeiras linhas de luta pela melhoria das condições de vida do povo português e pela independência nacional.

«Se assim fizerem, se analisarem o PCP pela sua prática, verificarão, sem margem para dúvidas, que ninguém melhor do que os comunistas conhece a situação do País, as suas causas e as soluções para os problemas existentes; que ninguém mais do que os comunistas está disposto a dar todo o seu esforço e a sua capacidade para a resolução desses problemas; que ninguém mais do que os comunistas ama a liberdade e a democracia; que ninguém mais do que os comunistas ama esta bela Pátria Portuguesa».

Ao lamentável exemplo de falta de brio e dignidade profissional que deram muitos dos jornalistas e órgãos de informação presentes no X Congresso do PCP, opõem os comunistas o seu conceito de comunicação social, **«veículo importante para a formação de uma opinião pública esclarecida, em que cada um compreenda a realidade que o cerca, conheça as alternativas e assuma em liberdade as suas opções, reconhecendo os projectos políticos que defendem os seus interesses e os que os contrariam»** — síntese feita por José Casanova no Pavilhão dos Desportos de parte de uma intervenção levada à tribuna do Congresso por uma trabalhadora da ANOP.

A esta situação quase geral de boicote e manipulação (em que mais uma vez a RTP se distinguiu, — que «a diferença entre Proença de Carvalho e Palma Ferreira é igualzinha à diferença entre o governo AD e o governo PS/PSD»...) como vamos nós, PCP, responder?

Jornada de esclarecimento nacional começa no dia 13 em Lisboa

Responderemos — afirma e apela José Casanova — **«com as armas que temos na mão: o nosso esforço, a nossa militância, a nossa organização, e a verdade com que sempre falamos aos trabalhadores e ao povo».**

Como se sabe, o Congresso decidiu a realização, nos dias 14 e 15 de Janeiro, de uma jornada de esclarecimento nacional que leve ao povo português as conclusões do X Congresso através de um conjunto diversificado de acções apoiadas na distribuição de documentos.

Em Lisboa, porém, segundo ali foi anunciado por José Casanova, o início da jornada foi antecipado para dia 13, sexta-feira, de modo a levar esta acção de esclarecimento ao maior número possível de empresas do distrito.

«Aqui fica, camaradas, disse José Casanova, **o apelo da DORL à vossa participação empenhada, militante e entusiástica»** (e — dizemos nós — a julgar pela adesão pronta que irrompeu de todo o Pavilhão, o PCP vai poder contar, nesta tarefa, com os seus militantes de Lisboa!).

No seguimento de uma breve informação sobre o que foi o trabalho preparatório do Congresso no distrito, o camarada José Casanova revelou através de alguns números o que é hoje a ORL, a mais poderosa e diversificada das organizações regionais do Partido e aquela onde se concentra cerca de um quarto dos seus efectivos — 52 215 militantes e mais de 3100 organismos, dos quais 1570 são células e núcleos de empresa.

Mas que o Partido se fortaleça e cresça mais e mais é um dos objectivos apontados pelo Congresso. Assim, a DORL — diria quase a finalizar José Casanova — considera extremamente positivo que estejam já marcadas para os três primeiros meses de 1984 cerca de 15 Assembleias de Organização. E dá naturalmente grande importância ao facto, que também ali foi revelado, de estarem já em preparação, para o primeiro semestre do ano, duas grandes Assembleias: a do Comité Local de Lisboa e a própria Assembleia da Organização Regional de Lisboa.

A José Casanova seguiu-se na tribuna o camarada Álvaro Cunhal. A sua intervenção que transcrevemos na íntegra, é uma excelente ajuda para a compreensão do que foi o nosso X Congresso e dos objectivos de luta que definiu — conforme aliás foi manifesto na imediata adesão traduzida em aplausos e nas palavras de ordem que foram «completando» numerosos passos do discurso. Mais que tudo, uma ajuda à nossa actividade comunista de cada dia.

Uma ajuda necessária a quem não esteve no Palácio de Cristal — e também a quem lá esteve, difícil que é por vezes retirar o essencial da enorme soma de informações e objectivos sectoriais de que se constrói a nossa luta, tão fielmente e tão pormenorizadamente levados ao X Congresso.

Almada • Alpiarça • Alvalade Sado • Barreiro • Caldas da Rainha • Chamusca • Couço • Gondomar • Lisboa • Porto • Santiago do Cacém • Vale de Cavalos

Passar de um ano para o outro é só aguardar as doze badaladas da meia-noite. Costuma ser. Mas há anos mais difíceis de passar que outros e este, de 1983 para 1984, é um deles. A vida não está para festas, a alegria aparece manchada pela crise que o Governo agravou para os trabalhadores. Os comunistas, porém, não deixam que lhes roubem a combatividade, o espírito de luta. E, como conservam também a esperança em melhores dias, não deixam de festejar. Em convívio. Em festa. Por isso, muitas organizações do Partido renovam nesta passagem de ano as festas, os convívios e as ceias. Onde todos os trabalhadores e os democratas podem participar. Com a alegria que dá a esperança, com a confiança que dá a luta. Festa, portanto.

Santiago do Cacém

Promovida pela Comissão de Freguesia do PCP de Santiago do Cacém, decorrerá no Centro de Trabalho do Partido uma animada festa neste fim-de-ano. Um serviço de bar completo, onde não faltarão o bolo rei, os frangos assados e outras iguarias, e o baile com o acordeonista Felisberto Calado são desde já pontos salientes do programa. Não te esqueças da ceia! A festa começa às 21 horas.

Lisboa (CT de Alfama)

No Centro de Trabalho de Alfama, em Lisboa, os militantes comunistas do Sector Público e da Função Pública têm em perspectiva uma festa de passagem de ano em cheio. «Esperamos muito sinceramente ter uma festa de grande camaradagem, confraternização e alegria. O salão e a sala de convívio (do CT de Alfama) estarão transformados de acordo com a noite festiva» – salienta a organização, que acrescenta: «O bar estará permanentemente aberto, haverá petiscos e bebidas, estando presentes cozinheiros afamados. No que respeita a animação, sem falar na indispensável presença dos camaradas, contamos com fados, guitarradas...» e outras surpresas. O início do convívio está previsto para as 21 e 30.

Barreiro

Baile, cinema, fados, surpresas, ceias de marisco e bacalhau, serviço de bar completo – no Barreiro, a passagem de ano tem este programa variado e realiza-se através da iniciativa da Comissão Concelhia do Barreiro. Local: o novo Centro de Trabalho. A entrada custa apenas 100 escudos e, como já referimos, há dois tipos de ceia: de **marisco** (500 escudos) e de **bacalhau** (300 escudos).

Caldas da Rainha

Nas Caldas, o convívio de passagem de ano realiza-se na garagem de João Santos, na Rua do Moinho de Vento, n.º 9, junto ao «Pitau» e à praça do peixe. A iniciativa pertence à Comissão Concelhia do PCP que assegura um bom serviço de bar, música e convívio com alegria. No convite dirigido a todos os democratas, diz-se: «traz o teu farnel, vem conviver, vem fazer a meia-noite connosco». A entrada é livre.

No distrito de Santarém

Informa-nos a SIP da Direcção Regional de Santarém do PCP que estão marcadas no distrito várias iniciativas para a passagem de ano, entre as quais destaca a de **Vale de Cavalos,**

Chamusca, Alpiarça e **Couço.**

Para estas festas «estão asseguradas boas ceias, com pratos e vinhos da região», além da animação musical e do convívio fraterno entre todos os participantes.

Em **Vale de Cavalos** (concelho da Chamusca), a festa decorrerá nas instalações da Cooperativa «15 de Outubro», e na vila da **Chamusca** será no Centro de Trabalho do Partido. Nas duas iniciativas estará presente o camarada Raimundo Cabral, membro da Comissão Política do Comité Central.

Em **Alpiarça**, o convívio terá lugar na Cooperativa Mouchão do Inglês e no **Couço** a «entrada» em 84 será no salão da Tabaqueira (aqui com a participação especial do conjunto «Os Turbos»).

Porto

Na cidade do Porto, a festa decorrerá no Pavilhão do Académico, numa iniciativa do Comité Local do Partido. Na parte artística estão asseguradas as presenças do conjunto UHF, Helena Isabel, Nuno Gomes dos Santos e grupo 1.º de Maio. A organização da festa promete um eficiente serviço de bar, discoteca e «espectáculo de luz e som».

Gondomar

Além do pavilhão do Académico, há outro espaço de convívio popular na passagem de ano, no distrito do Porto: falamos da festa que se realizará na noite de sábado para domingo no gimnodesportivo de **Fanzeres**, no concelho de Gondomar. Participa o grupo «Jáfumega» e para dançar até de madrugada lá estará a música do conjunto «Sandeman». Atenção ao serviço de bar!

PASSAGEM DO ANO 1983 1984
ALVALADE SADO
Na Casa do Povo
DIA : 31.12.83 ÀS 22 HORAS
DIA : 1.01.83 ÀS 16 // (MATINÉ)
BAILES
COM O CONJUNTO
"GALÁCTICA"
SERVIÇO de BAR
Reserva de Mesas
Pelo Telefone 55.187
Comissão de Freguesia de Alvalade – Sado do PCP.

PAVILHÃO DA ROMEIRA
C. DA PIEDADE
ALMADA
CONVIVIO UNIDADE E LUTA
COM O CONJUNTO CÓDIGO
PASSAGEM ANO
PETISCOS... BOLO REI... ESPUMANTES...
MARCAÇÃO DE MESAS NO C. T. CONCELHIO POMBAL
COM. CONC. de ALMADA do PCP
COM. CONC. de ALMADA da JCP

Versão festiva do «pacto social»

O Governo não toma medidas aprova anteprojectos como o CPCS

O Conselho de Ministros ocupa-se com mais um anteprojecto que por aí já é encarado como se estivesse em vigor. Para fazer esquecer abismos tão deslizantes como os salários em atraso; a recessão sem freio; o aumento do desemprego; a contratação colectiva bloqueada, em muitos casos, pelas tutelas, as Finanças, o Ministério do Trabalho; a incapacidade para tornar viáveis, ou pelo menos pôr em funcionamento grandes unidades industriais de sectores económicos decisivos tentando fazer crer que tudo depende da eminência parda das Finanças e do Plano: o Governo não toma medidas. Aprova anteprojectos como a anunciada criação do Conselho Permanente de Concertação Social (CPCS).
Mesmo como manobra de diversão vem tarde e é inadequada esta nova versão festiva do «pacto social». Festiva só porque aproveita o período do Natal. De festa não tem nada a não ser para alguns jornais, rádio e televisão onde aparece com o alvoroço do costume.
Se o Governo não negocia os aumentos salariais na Função Pública, se mesmo o direito de negociação destes trabalhadores continua comprometido, se os salários em atraso merece apenas palavras (poucas e vagas) da parte do ministro do Trabalho, porque é Natal e os trabalhadores vêm para a rua, que haveria de fazer um Governo para acalmar algumas «boas almas» durante a Natividade?

Primeiro aprova os anteprojectos (cinco), ao todo 165 artigos, incluindo duas versões para os «adidos», mais «gestão provisional, mobilidade e descongestionamento, recrutamento, excedentes e incentivos para a fixação e deslocação de pessoal». Tudo para a **Função Pública**, excepcionalmente contemplada aliás este Natal com um «pacote» ainda pior do que o de 10 de Maio de 1982.

Mas ainda assim não chegava. Foi preciso estimular os ânimos da direita e do patronato endividado com uma «concertação». Se o primeiro objectivo do anteprojecto (CPCS) é desviar trabalhadores e sindicatos da luta reivindicativa, a iniciativa do Governo, se assim se pode chamar, morre ao nascer. O estímulo para negociações eficazes, que até agora sob este Governo têm sido raras ou inexistentes, não poderá vir de um Conselho onde caberiam todas as contradições, mesmo as mais antagónicas e irredutíveis sob a batuta do Primeiro-Ministro que, para o caso tanto faz, poderia delegar a presidência no ministro das Finanças.

Se o CPCS tem tudo o que é preciso para ser um nado-morto, já o mesmo não parece da utilização imediata que a manobra vai ter. Para não gastar cera com fraco defunto, registe-se apenas o aproveitamento, que já está lançado e pronto a desafiar o bom-senso mais empedernido, com a velha «figura» corporativa, segundo a qual este seria o melhor dos mundos, se os conflitos sociais se esbatessem ou fossem riscados do mapa por obra e graça da repressão.

Pastilha elástica

Embora mal camparada, a ideia do CPCS poderia servir para aumentar as vendas de pastilha elástica. «Não coma, mas dê ao dente». Se a luta fosse um entretenimento, e os salários um brinquedo, estaríamos entendidos. Ficaria tudo à espera, mascando. O mal para o CPCS e outros anteprojectos é que as acções de luta e de protesto continuam a desmentir as veleidades do Governo. Com razões de sobra, como se viu nas vigílias do dia 23 e como continua a verificar-se em todo o lado onde a legalidade contratual é esquecida, as formas de luta, embora diversificadas e aprovadas caso a caso, tendo em vista as situações concretas de cada empresa e sector, não autorizam o Governo a pensar que a sua pastilha elástica se vende bem.

É impossível citar todos os casos, mas basta olhar para a actividade desenvolvida pelo movimento sindical unitário e pelas organizações representativas dos trabalhadores para prever que os próximos meses não vão facilitar a vida à «concertação» que o Governo não consegue instaurar sequer entre os seus amigos e compadres.

Recentes são os casos da **Carris, TAP, CPP, Sorefame, Vidreira da Fontela** e a **maior parte do sector vidreiro, têxteis**, com relevo para a **CIFA, construção naval, metalurgia, metalomecânica, Função Pública, médicos, professores.**

Mas o veneno não atinge apenas as grandes empresas, nem os sectores mais numerosos e descapitalizados da economia. O veneno instala-se nas pequena lojas, nas unidades que empregam menos de 50 trabalhadores. Um caso: o da **Neometa** de Mangualde.

À beira da falência

À semelhança do que sucede um pouco por todo o lado, a **Neometa**, que tem dado trabalho a 35 pessoas, está à beira da falência. A passividade da administração e do Ministério do Trabalho também não é original neste caso. Fatalmente, com a política deste Governo e com este Governo a empresa degrada-se. Apesar do esforço e do sacrifício dos trabalhadores (mais de um ano sem receberem horas extraordinárias, mais de três meses com salários em atraso, os 2,8 por cento do «extraordinário» a descontar num subsídio de Natal por receber, sem subsídio de férias) apesar de continuarem a trabalhar, ninguém os informa sobre a exacta situação da empresa, dos postos de trabalho e do pagamento das remunerações em dívida. Para o dia 22, estava prevista uma reunião de accionistas. Não chegou a fazer-se.

Nesse mesmo dia, um dos administradores foi visto a caçar... «No entanto, protesta a Comissão Concelhia de Mangualde do PCP, consta que até vai haver acta dessa "reunião", devidamente assinada pelo presidente da assembleia geral, que reside em Lisboa». Solidária com os trabalhadores da **Neometa**, aquela organização do Partido «vê com bastante apreensão o evoluir dos acontecimentos», mas acrescenta que os trabalhadores da **Neometa** saberão dar a resposta certa a «situações deste tipo, que só são possíveis com governos e políticas de direita ao serviço dos grandes» e dos exploradores.

Em 1975, quando havia trabalho na Marinha Grande

O mal e o caroço

Marinha Grande. Numa das regiões mais atingidas pela incúria, a incapacidade e a sabotagem permitidas por governos habituados a incluir essas desgraças na sua prática política, contando inclusivamente com elas para se manterem no poder, PS e PSD fazem publicar um comunicado que «pretende responsabilizar a luta dos trabalhadores e do povo da região pela crise na indústria vidreira, quando há anos estes vêm exigindo medidas adequadas para a sua solução». Ao repudiar esse comunicado dos partidos governamentais, o Executivo da Direcção de Organização Regional de Leiria do PCP (DORLEI) afirmava em 23 do corrente que «é inadmissível e intolerável que, numa análise minimamente séria, se pretenda meter no mesmo saco um patronato, que se reconhece ser confuso e até aventureiro e corrupto, e a luta dos trabalhadores em defesa dos seus postos de trabalho».

Depois de lembrar que «a vila da Marinha Grande e a sua população laboriosa vive momentos dramáticos», que «a fome instalou-se em muitos lares» e que «centenas e centenas de trabalhadores têm os seus salários em atraso», enquanto «o desemprego alastra e o futuro é incerto», o Executivo da DORLEI pergunta:

— Terá sido por culpa dos trabalhadores ou da sua luta que encerrou a **F. N. Ferreira, a Favilda**, a **J. Moleirinho**? É por causa da luta que a **Ingriduhtt** do sr. Woken está encerrada há cerca de 9 meses?

— E na **M. P. Roldão**, que o Governo PS entregou em 1976 a um aventureiro, depois de os trabalhadores a terem recuperado? Foram os trabalhadores e a sua luta que a inviabilizaram? Não são os trabalhadores que continuam a laborar, lutando pela manutenção dos seus postos de trabalho, mesmo com cinco meses de salários em atraso?

— E na **FEIS**, onde a incompetência e a gestão ruinosa da administração dos governos de direita estão à vista, e onde os trabalhadores não têm os seus salários actualizados há dois anos?

— E na **CIVE**, onde se investiram mais de um milhão de contos e onde hoje se põem uma série de entraves ao seu desenvolvimento e viabilização, criando condições para a entregar a um grupo privado?

— Quem é que abdicou dos seus salários para retomar com esse dinheiro a laboração na **J. F. Custódio**, com o sacrifício do pão para os filhos?

— Como é possível afirmar, sem corar de vergonha, que é a luta dos trabalhadores e das suas organizações a responsável pela situação criada, quando mais não têm feito do que impedir que se concretizem os encerramentos de empresas e que se lhes paguem os seus justos salários?

O comunicado PS/PSD, que faz por sua conta o mal e a caramunha ainda acusa os trabalhadores de «criarem um clima de insegurança, de atentado à legalidade democrática e ao Estado de direito».

Sublinha a DORLEI:

A tranquilidade e a segurança que não existem são resultado de não haver garantia de trabalho, nem pagamento de salários. Hoje, os débitos aos trabalhadores já ultrapassaram 400 mil contos. «A legalidade democrática e o Estado de direito são postos em causa quando não se garante sequer o elementar direito ao salário. E a segurança da população foi fortemente violada, sim, mas pelas agressões policiais de que foi vítima.»

Uma concertação desconcertante

É com situações destas que a coligação de direita PS/PSD pretende iniciar o seu «pacto social». Os partidos no Governo não estarão certamente a pensar no CEPCS quando emitem comunicados na Marinha Grande. Sonham é com o aumento da repressão.

Como podem esperar o aval de gente honesta para o «desconcerto» que continua a vigorar quanto às negociações salariais na **Função Pública**; quando as promessas de um ministro como o dr. Almeida Santos se preparam para não passar de boas palavras e intenções do mesmo calibre?

As negociações e o diálogo são imprescindíveis na contratação colectiva — direito constitucional que assiste a todos os trabalhadores.

Se o Governo continua pela mesma via e não dá mostras de mudar é pelo menos desconcertante que venha agora, após seis meses de bloqueamento de dezenas de instrumentos colectivos de regulamentação de trabalho, de revisões empatadas, de portarias de extensão ilegalmente «estendidas» sem serem previamente negociadas com os representantes sindicais de elevado número de trabalhadores, que venha agora, sublinhe-se, desencantar um «Conselho», cujas funções se adivinham sem esforço de maior.

Idêntica perspectiva é a da chamada «pensão provisória». Vai uma secretária de Estado à TV. Diz que tudo vai ser mais rápido e melhor, pelo menos quanto ao pagamento das pensões de velhice e de sobrevivência. Mas, aproveitando-se do Natal, certamente para não estragar a Festa, não diz quantos pensionistas e idosos vão ser abrangidos, que reflexos vai ter a medida no nível de emprego no sector. Não se lembra sequer a secretária de Estado (tão-pouco o entrevistador) de se interrogar, pelo menos em família, se as pensões provisórias, em nome da **descentralização**, não vão passar de uma capa para cobrir insuficiências de toda a ordem, das quais a menor não será talvez um desatroso Orçamento do Estado que não olha às necessidades da Segurança Social.

«Desde sempre as organizações sindicais têm criticado a estrutura pesada e lenta do processamento de reformas», lembrava na sexta-feira o secretariado da Federação Sindical da FP. Mas essa crítica inclui a denúncia da atitude demagógica do Governo de agora, que pretende, por exemplo, «criar condições para o desmantelamento do Centro Nacional de Pensões, colocando em risco o emprego de 2200 trabalhadores».

Inclui também «os 40 mil processos de invalidez aguardando juntas médicas», de que a secretária de Estado se esqueceu no seu alvoroço televisivo, um dia antes da consoada, na própria noite das vigílias pelo pagamento dos salários em atraso. Nada natural. Tudo desconcertante. Tudo CPCS. Nada de válido ou de decisivo. A política PS/PSD.

Bancários de Setúbal

Prática divisionista derrotada no SBSI

A divisão nas hostes da UGT é fértil em surpresas. Para levar a água ao seu moínho partidário as tendências atropelam-se e acabam por perder posições aparentemente tão seguras como ainda há poucos meses parecia a sua implantação nas chefias sindicais do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas. A derrota de duas listas, que sob a sigla divisionista disputaram as eleições com uma lista unitária para a secção de Setúbal daquela organização sindical, pode ser apresentada como exemplo anunciador de outros desaires em Sindicatos onde os interesses comuns dos associados se antepõem à prática subserviente dos dirigentes ugêtistas.

Também nos serviços, e mesmo na banca, a unidade vence

O secretariado da Secção de Setúbal do SBSI, a maior do Sindicato em todos os distritos por ele abrangidos, venceu por maioria absoluta umas eleições originadas pela demissão dos corpos gerentes anteriores. Quadros afectos à UGT e divididos entre si, demitiram-se e apresentaram duas listas (A e B) perdendo em sete mandatos os quatro que possuiam em favor da lista **A** formada na base da dos princípios unitários, de classe, de independência, liberdade e democracia, princípios que são como se sabe defendidos desde sempre pela CGTP.

Dos sete mandatos em disputa, quatro passaram para a lista unitária, sendo os restantes três divididos pela lista **B** (2) e **C** (1).

Regista-se que pela primeira vez a UGT perde eleições convocadas antecipadamente por si própria.

Segundo um porta-voz do novo secretariado da Secção setubalense do SBSI a demissão dos elementos da UGT deveu-se a dissenções partidárias entre filiados do PS e do PSD.

Mas o próprio PSD está, segundo é público, irremediavelmente dividido em duas facções (pelo menos) que se movem forte guerra. Socioprofissionais, organizados dentro do PPD, e Tesiresd, assim chamado por abreviação da «tendência sindical reformista social-democrata» — nome que por si é já um programa — reúnem-se rigorosamente à parte e vão a congresso, em 6, 7 e 8 de Janeiro, depois de uma eleição de delegados que deu a primazia à Tesiresd com numerosa abstenção.

Concorrendo «em defesa da banca nacionalizada, por uma maioria unitária na Secção Regional de Setúbal», a lista de unidade obteve nas eleições de 20 de Dezembro, com 326 votos, contra 215 e 146 das listas B e C, a possibilidade de pôr em prática orientações sindicais que contarão certamente com o apoio dos trabalhadores bancários que podem ver nestas eleições a marca de outros métodos capazes de unir à volta de interesses comuns uma forte representação de trabalhadores de todas as tendências na defesa de um Sindicato forte, interveniente e eficaz.

Poder local

Que quer o PS na Câmara de Faro?

Talvez tenha passado um pouco despercebida, no meio de tanta crise e tão pouco Natal, a história da auto-suspensão dos dois vereadores do PS da Câmara Municipal de Faro, por estes «protagonizada» nos estertores de 1983 e a prometer um interessante folhetim autárquico/governamental para 1984. Importa assim abordá-la desde já, dado que o caso apresenta evoluções tão repentinas que nos arriscamos a irrecuperáveis desactualizações. Mas vamos lá por partes...

A 20 de Dezembro último, em carta enviada ao presidente da Câmara Municipal de Faro, Negrão Belo (PPD/PSD), os dois vereadores do PS no executivo apresentaram a suspensão dos seus mandatos por seis meses (limite máximo previsto na lei) **sem aduzirem quaisquer explicações** e – fenómeno dos fenómenos – fazendo-o com quase quinze dias de antecedência, já que o pedido de suspensão foi feito de molde a só ter efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1984!

Meia hora após a entrega ao presidente da sua carta de «suspensão a prazo», os dois vereadores socialistas abandonaram a sala de reuniões camarárias, recusando-se a prestar declarações aos jornalistas. Entretanto a secção de Faro do PS lançar-se-ia, em folhetos locais, nas explicações que os seus correligionários recusaram, acusando o actual presidente (PPD/PSD) de «normas antidemocráticas na condução das reuniões do executivo», pedindo a sua demissão do mandato que exerce há dois meses por renúncia do independente pela ex-«AD» Francisco Silva e, é claro... denunciando a APU como tendo um «acordo tácito» com a maioria da «AD».

Dizemos «é claro» porque – é claro! – a coisa não podia ser feita pelo PS/Mário Soares sem o tal ingredientezinho anticomunista. E neste caso o ingrediente procuraria substância no facto de a APU não ter alinhado na febre demissionária do PS, mantendo em exercício os seus dois vereadores que, juntamente com os três do PSD, têm garantido o funcionamento da Câmara. Temos portanto o PS das alianças com o CDS e o PPD e das práticas políticas reaccionárias que se conhecem, a criticar a APU e os comunistas... pela «esquerda»! Só que há demagogias que não pegam, por muitas voltas que se lhes dêem...

A posição da APU

A resposta da APU e dos comunistas a toda esta embrulhada apontou duas direcções: uma, a das razões da sua permanência em funções, outra, a da sua posição face à atitude demissionária do PS.

Começando por caracterizar como grave a situação da Câmara de Faro, a coordenadora concelhia da APU diria em comunicado: «Acumulando erros de gestão em sucessivos mandatos de maioria PS (de 1976 a 1979) acentuados pela gestão "AD" (de 1979 a 1982, onde o PS tinha, como se sabe, um vereador a tempo inteiro), a autarquia encontra-se hoje descapitalizada, endividada em cerca de 200 000 contos, com serviços essenciais completamente desorganizados. Há obras em curso que carecem com grande urgência de ser ultimadas, particularmente no domínio da habitação e saneamento básico. O plano e orçamento para 1984 tem de ser discutido e implementado com urgência. A defesa da Ria Formosa e a ofensiva governamental em curso visando a demolição das casas, exige igualmente atenção, serenidade e firmeza na protecção dos interesses da população e do Concelho».

Por outro lado a APU está na Câmara de Faro «por direito próprio» e assume através dos seus dois vereadores «as responsabilidades que contraiu perante a população que em nós depositou a sua confiança, posição reforçada pela gravidade da situação que a gestão do município atravessa. A APU está na Câmara não para se aliar a este ou àquele, não para desestabilizar a vida do órgão, mas para contribuir com a sua opinião, com o trabalho e competência dos seus eleitos, para a resolução dos problemas, voltada exclusivamente para a defesa dos direitos da população e do progresso do Concelho».

Assim «a APU está e estará na Câmara de Faro desde que lhe sejam dadas as condições e meios para trabalhar».

Jogos de poder

Entretanto o camarada Carlos Luís Figueira, membro do CC e da DOR do Algarve do PCP, pronunciar-se-ia igualmente sobre a situação, sublinhando que a atitude dos vereadores do PS não altera a posição que os dois vereadores da APU têm mantido: prosseguir no trabalho empenhado pela resolução dos problemas do Concelho, analisando a par e passo, a cada momento, a continuidade ou não da Câmara Municipal.

Quanto à atitude dos vereadores socialistas, resulta da **«incapacidade, demagogia, dos jogos de luta pelo poder e do completo abandono das suas responsabilidades perante os eleitores para a resolução dos problemas do município»**. Aliás tal abandono de responsabilidades patentear-se-ia logo no empossamento dos eleitos do PS, que já aí recusariam quaisquer pelouros dentro do executivo municipal. O presidente eleito há um ano, Francisco Silva, sempre procurou distribuir por todas as forças políticas as responsabilidades municipais, propondo nomeadamente que quer a APU quer o PS tivessem um vereador a tempo inteiro. Logo aí os socialistas recusaram, mantendo essa posição ao longo de toda a gestão do ano passado.

E Carlos Luís recordaria: **«quando esta vereação foi eleita, a Câmara encontrava-se numa situação de verdadeira ruptura, sofrendo as consequências das duas gestões anteriores; a APU dispôs-se desde início, e continua a fazê-lo, a respeitar as responsabilidades que assumiu perante os eleitores e a trabalhar na resolução dos grandes problemas que afectam Faro. Esta posição vai manter-se, desde que as condições de trabalho que têm existido até aqui se mantenham»**.

Quanto à atitude do PS, que classificaria de «clara intenção de jogo do poder», Carlos Luís comentaria ainda que este **«com a APU não se alia, porque se quisesse uma gestão connosco já o poderia ter feito. As duas forças teriam maioria no executivo. O seu objectivo é, uma vez mais, numa atitude de irresponsabilidade, provocar a confusão que dificulta a superação dos problemas do município e favorecendo interesses obscuros»**.

Afinal – perguntamos nós – que quer o PS na Câmara de Faro?

Internacional

A 3 minutos do Apocalipse

Cientistas americanos advertem contra a catástrofe atómica

Não só nas histórias de ficção ou nos filmes de terror a meia-noite é tida como a hora fatídica. Também para os perigos reais que ameaçam a Humanidade a meia-noite foi escolhida como a hora simbólica de um eventual confronto nuclear.

A ideia foi criada pela revista dos cientistas nucleares «The Bulletin of the Atomic Scientists», que desde 1947 publica na sua capa o **relógio do apocalipse,** cujos ponteiros avançam para a hora fatídica de acordo com os perigos de guerra nuclear que afectam o mundo.

A semana passada, 47 cientistas norte-americanos que anualmente estudam a situação mundial «acertaram» de novo os ponteiros. No dia 22 de Dezembro de 1983 o relógio do apocalipse marcava meia-noite menos três minutos!

Naquele relógio singular o tempo tem a dimensão do equilíbrio instável em que vive a Humanidade. Em 1981, quando faltavam cinco minutos para a meia-noite, os ponteiros avançaram um minuto e aí permaneceram durante dois anos. Então os riscos de conflito nuclear aumentaram com o incremento dos novos mísseis. Hoje, o novo minuto percorrido é fruto, segundo os cientistas, da suspensão das conversações entre os Estados Unidos e a União Soviética e entre a NATO e o Pacto de Varsóvia, devido à instalação na Europa Ocidental dos mísseis *Cruise* e *Pershing II* norte-americanos.

A três minutos do apocalipse, segundo os guardiões do relógio (nenhum deles com responsabilidades actuais no programa nuclear norte-americano) é de toda a oportunidade recordar como encaram os principais responsáveis da administração Reagan a eventualidade de uma guerra nuclear. Os depoimentos foram recolhidos por um jornalista americano e publicados no «Los Angeles Times». Os comentários são quase desnecessários, tão elucidativas são as tomadas de posição.

O presidente Reagan e a guerra preventiva

P – Tinha dito na nossa última entrevista que nenhum presidente dos Estados Unidos devia excluir a possibilidade de uma guerra nuclear preventiva. Quando se fala hoje de um confronto imimente, inclui-se a possibilidade de um ataque nuclear preventivo por parte dos Estados Unidos?

R – O que eu quis dizer com isso foi que os EUA não devem nunca colocar-se numa situação, como já o fizeram diversas vezes, em que garantam ao adversário ou ao potencial inimigo que não o farão. Por exemplo...

P – Incluindo uma guerra nuclear preventiva...

R – ... Por exemplo quando o presidente Johnson assegurava continuamente durante a guerra do Vietname: não, não e não, nós não empregaremos nunca a arma nuclear no Vietname.

P – Mas acredita que poderemos sobreviver a uma guerra atómica, com abrigos subterrâneos apropriados e sistemas de defesa próprios? Seria possível sobreviver a uma tal guerra?

R – Deverá admitir-se que uma parte da população e das instalações podem sobreviver de modo a que se possa recomeçar do zero.

O vice-presidente Bush acredita na vitória

À questão de se será possível um «vencedor» de um conflito nuclear, Bush é peremtório:

— Sim, e se pensa que não haverá um vencedor então a sua pergunta é tendenciosa. Eu não sou dessa opinião.

P – Mas como é que vence uma guerra nuclear?

R – Para isso, é necessário que sobrevivam as estruturas de comando e de controlo, o potencial industrial, tem de se proteger uma certa percentagem da população e de se ser capaz de provocar prejuízos maiores ao adversário do que os que ele nos provocará.

Caspar Weinberger e a doutrina da morte

Em 1981, o secretário da Defesa dos EUA, Caspar Weinberger, declarou na Câmara dos Representantes que a administração Reagan ia aumentar a capacidade dos Estados Unidos de «conduzir uma guerra total contra a União Soviética».

A meio do primeiro ano do mandato de Reagan, Weinberger apresentou um programa de despesas militares destinado a colocar os EUA em condições de obter, durante a presente década, a superioridade nuclear sobre a URSS.

Em 30 de Maio de 1982, um correspondente do «New York Times» no Pentágono publicava um artigo sobre o plano quiquenal de defesa aprovado o ano passado em que se afirmava:

Num novo plano de defesa, de 125 páginas, para os próximos cinco anos, os responsáveis do Departamento de Defesa admitem a hipótese de que um conflito nuclear com a União Soviética poderia arrastar-se no tempo, e pela primeira vez definem a estratégia a utilizar para uma tal guerra.

O mesmo artigo precisa ainda que **os estrategas civis e militares dizem – após terem decidido que uma guerra nuclear a longo prazo é possível – que as armas nucleares americanas devem ter o predomínio numérico e ser capazes de forçar a União Soviética a tomar a decisão de desencadear as hostilidades o mais cedo possível e em condições favoráveis para os Estados Unidos.**

O documento assinado por Caspar Weinberger define detalhadamente a estratégia a seguir pelo Pentágono durante os próximos cinco anos, ao mesmo tempo que a apresenta como um guia para a próxima década.

Não é pois de surpreender que o chefe da delegação de Reagan às conversações de Genebra tenha afirmado, num encontro entre amigos, que na sua opinião **poderia haver conversações sérias mas só depois de nós (os Estados Unidos) termos modernizado as nossas forças.**

Interrogado sobre quanto tempo seria necessário para chegar a tal ponto, Nitze responde: **Dez anos!**

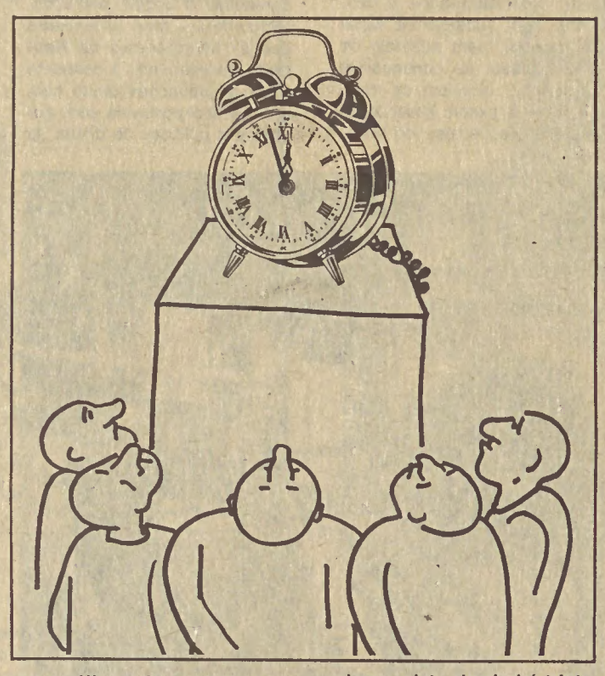
A questão crucial que agora se coloca é a de saber se o **relógio do apocalipse** criado pelos cientistas nucleares norte-americanos não avançará os três minutos que faltam para chegar à meia-noite antes disso.

O fantasma soviético

Enquanto na Europa Ocidental prossegue a instalação dos novos mísseis nucleares; enquanto a escalada agressiva dos Estados Unidos prossegue na América Latina e no Médio Oriente; enquanto os fiéis aliados de Washington criam zonas para a instalação de mísseis, como sucedeu esta semana na África do Sul, a opinião pública internacional é bombardeada com o perigo da ameaça soviética.

É interessante a opinião que a tal respeito tem o ex-conselheiro científico dos presidentes Kennedy e Johnson, hoje reformado:

Estou finalmente convencido – diz – **que os Estados Unidos combatem um fantasma. Isso não quer dizer que os soviéticos não possuam armas, mas sim que em última análise nós praticamos contra nós próprios uma corrida aos armamentos.**



Quando inventamos uma nova arma, trata-se sempre aos nossos olhos de uma contra-arma e é necessário então que nos protejamos dessa arma, porque os russos poderão ter construído o que nós já inventámos. Somos nós os verdadeiros percussores deste estado de coisas, e isto desde há trinta anos.

Não menos categórico é o marechal Shulman, antigo sovietólogo do governo de Carter, quando afirma: **Nada na literatura soviética me permite concluir que os dirigentes soviéticos considerem um confronto nuclear diferente duma catástrofe total.**

Uma coisa que não se poderá dizer de Reagan...

Conselho Português para a Paz alerta para o perigo nuclear

A actual proliferação de armamento de todo o género e a multiplicação de situações conflituais deixam pressagiar dias negros para a Humanidade, se a consciência dos dirigentes e da opinião pública mundial não for devidamente alertada de modo a chegar-se a uma solução efectiva em termos de redução real do perigo de guerra nuclear.

Esta a opinião do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC), em documento divulgado a semana passada em que se chama a atenção para o perigo de holocausto nuclear e a necessidade de mobilizar todos os esforços para a defesa da paz.

Naquele comunicado, o CPPC manifesta **a mais profunda preocupação pela já iniciada instalação, na Europa, dos novos mísseis Pershing II e Cruise,** em frontal oposição à manifesta vontade dos povos.

Recordando que a instalação dos mísseis norte-americanos na Europa provocou o fim das conversações de Genebra e está a dar origem a uma acentuada deteorização da situação internacional, o CPPC alerta:

O futuro imediato tornou-se sombrio e preocupante, dado que o que está em causa é a instalação de uma nova maquinaria de guerra destinada a tornar «possível» e «ganhável» um conflito nuclear e servindo tão só para o primeiro ataque («decapitador» da capacidade des resposta da outra parte — pela destruição dos seus mísseis — e permitindo em teoria a «vitória» da parte atacante).

Daí — prossegue o CPPC — **concepções extremamente perigosas, como a de um bombardeamento estratégico nuclear «preventivo» com os mísseis Pershing II, de alta precisão, velocidade e capacidade destruidora dos mísseis adversos nos seus silos; ou a do lançamento de centenas de mísseis de «Cruzeiro», de velocidade subsónica, trajectória a baixa altitude e praticamente indetectáveis, que «neutralizariam» as defesas do outro campo.**

Considerando que a existência de tais armas conduzem à **inevitável instalação de sistemas idênticos de resposta na Europa Oriental,** isto é, a uma nova, perigosíssima e talvez incontrolável etapa na corrida aos armamentos, o Conselho Português para a Paz e Cooperação chama o povo português a juntar-se à opinião pública mundial na luta pela paz e pelo desarmamento.

A ideia de que uma guerra nuclear pode ser «limitada» à Europa, **é um tremendp logro e um tremendo erro,** alerta o documento, que considera urgente o cancelamento da instalação do armamento nuclear de primeiro ataque como garantia mútua de que não se pretende fazer a guerra, o reinício das conversações americano-soviéticas, o congelamento dos arsenais nucleares, a criação de zonas desnuclearizadas, a salvaguarda do desanuviamento.

No seu documento, o CPPC manifesta ainda **inquietação e reprovação perante o facto de vozes responsáveis em Portugal, a exemplo de outros países, virem afirmar que as armas nucleares de primeiro ataque, a serem instaladas agora na Europa, favorecem as negociações de desarmamento e servem os objectivos da paz, para não dizer da defesa do Continente Europeu nomeadamente da Europa Ocidental.**

Alertando para a gravidade de tais tomadas de posição, o CPPC manifesta a sua indignação pelo facto de, segundo a imprensa estrangeira, Portugal só não vir a servir de base a tais armas nucleares por razões logísticas e **não porque haja uma política nacional contrária à instalação, estacionamento ou trânsito de armas nucleares em Portugal.**

Cabe assim ao povo português tomar a iniciativa de participar no movimento mundial **contra a corrida suicida aos armamentos e toda a política que ponha em perigo a Paz Mundial, contra todas as armas nucleares e pela sua proibição e eliminação, por uma redução significativa e equilibrada das armas convencionais e dos orçamentos militares.**

É a continuidade da própria vida sobre o nosso planeta que o reclama, sublinha o Conselho Português para a Paz e Cooperação.

A guerra no Líbano exige a unidade do mundo árabe

A situação no Médio Oriente, ano e meio após a invasão do Líbano pelas forças sionistas de Israel, apresenta-se tão ou mais complexa do que no início dos confrontos. Pela segunda vez os guerrilheiros palestinianos abandonaram o Líbano; e pela segunda vez a comunidade internacional é levada a constatar que se é certo que a paz no Médio Oriente passa necessariamente pela resolução da questão palestiniana, a verdade é que no Líbano se jogam interesses mais vastos do imperialismo norte-americano.

Enquanto em Washington Ronald Reagan afirma que o contingente americano continuará no Líbano até que se verifique **uma total mudança da situação,** tentando levar à prática o seu chamado plano de paz, a morte e a destruição avançam nc território libanês, numa escalada cada vez mais preocupante.

A semana passada foi assinalada por mais um ataque de um camião carregado de explosivos contra o posto francês em Beirute e pelo bombardeamento das posições da organização shiita Amal pelos sionistas. O facto da aviação israelita ter visado o mesmo sector bombardeado o mês passado pela aviação francesa leva pelo menos a duas conclusões: primeiro, que os franceses não conseguiram atingir o objectivo pretendido; segundo, que as forças ditas de manutenção da paz actuam em estreita ligação com os sionistas deitando achas na fogueira sempre que se perfila qualquer hipótese de entendimento entre as forças libanesas.

A ocorrência de «incidentes» deste género tem deitado por terra todas as tentativas de diálogo entre o movimento progressista libanês e o governo de Amin Gemayel, bem como todos os acordos de cessar-fogo entre ambas as partes.

O envolvimento crescente das forças americanas e francesas no conflito libanês, visando os mesmos objectivos de Israel, ameaça não só prolongar a guerra como criar condições para novos massacres da população civil.

Os ataques registados esta semana na zona dos campos de refugiados de Sabra e Chatila, onde há um ano a conivência das tropas norte-americanas permitiu aos sionistas e falangistas libaneses levar a cabo um dos mais horrorosos massacres no mundo árabe, falam por si. A única diferença é que desta vez foram as tropas francesas, encarregues da protecção dos campos, quem discretamente deixou o terreno livre aos falangistas, retirando-se de certos postos como o próprio porta-voz militar francês em Beirute reconheceu, sem outra explicação que «movimentos de rotina».

A coincidência com que estas movimentações se verificam já não engana ninguém. Fontes oficiais libanesas reconhecem abertamente que controlam posições substituindo-se à força internacional, o que quer dizer que os falangistas continuam a usufruir de todo o apoio no seu combate aos progressistas libaneses. Neste contexto, a afirmação do ministro da Defesa francês, Charles Hernu, de que «não estamos no Líbano para fazer a guerra, estamos lá para actuar de forma a que exista Líbano», torna-se verdadeiramente esclarecedora.

O Líbano que a força internacional pretende é o Líbano dos falangistas no poder.

Para tanto, e exceptuando talvez o contingente italiano que o governo de Roma diz tencionar retirar gradualmente, conjugam-se esforços com Israel para obrigar a Síria a retirar das posições que ocupa e os patriotas libaneses a aceitar soluções impostas de poder que em nada representam os interesses da maioria do povo libanês.

Os novos acordos israelo-americanos para o reforço do auxílio militar ao regime sionista; o alinhamento cego do governo de Paris com a política agressiva de Reagan no Médio Oriente; a exploração sistemática das divisões existentes no mundo árabe e do seu reflexo no seio da Organização de Libertação da Palestina, constituem elos da mesma corrente com que a administração Reagan pretende amarrar os povos libanês e palestiniano aos seus interesses no Médio Oriente.

É duvidoso que os Estados Unidos avancem num ataque à Síria, não às posições no Líbano mas directamente na Síria. Mas é perfeitamente plausível que desencadeiem acções de pressão de toda a espécie de modo a criar condições que levem a «conversações» em que o imperialismo detenha à partida todas as vantagens.

Defender os interesses do mundo árabe contra o imperialismo continua assim a depender em primeiro lugar do entendimento do mundo árabe. A reunião do Conselho Militar Palestiniano anunciada para a capital do Yemen do Norte pode ser um passo importante nesse sentido. Mais do que qualquer outra força a OLP funciona como o barómetro árabe e o imperialismo sabe disso.

Caso contrário porque se daria a tanto trabalho para liquidar a OLP?

África

Racistas atacam Angola

A proposta de tréguas apresentada pela África do Sul a Angola, pouco antes do Conselho de Segurança das Nações Unidas apreciar uma queixa das autoridades angolanas sobre a presença de tropas sul-africanas no seu território, de que viria a resultar uma condenação do regime de Pretória, assumiu desde o passado fim-de-semana o seu verdadeiro significado.

Quem possa ter tido dúvidas do carácter demagógico de tal proposta, da sua falsidade total, e acreditado no eventual desejo de Pretória em melhorar as relações com o governo de Angola, encontra nas agressões crescentes das tropas racistas a melhor prova de que estava enganado.

Desde o passado dia 24 que os ataques sul-africanos a Angola assumem proporções alarmantes, tendo provocado já dezenas de mortos e centenas de feridos entre a população civil das localidades atingidas.

Segundo um comunicado divulgado a propósito pelo ministro angolano da Defesa, estas acções desmentem categoricamente, pela sua amplitude, informações sul-africanas de que as suas tropas estavam a realizar operações de âmbito limitado em território angolano contra os patriotas da SWAPO. As autoridades racistas invocaram como pretexto para estes ataques uma pretensa concentração de tropas da SWAPO que pretenderiam infiltrar-se na Namíbia.

Um pretexto sempre repetido para «justificar» a ocupação de parte do território da República Popular de Angola, mas que a própria prática das forças do *apartheid*, que atingem com a artilharia e a aviação alvos civis e económicos muito longe das zonas fronteiriças, põe a nu as reais intenções de Pretória.

A firme resposta que as Forças Armadas angolanas estão a dar à escalada agressiva sul-africana não tem no entanto permitido aos racistas a concretização dos seus objectivos, que passam pelo derrube do regime de Luanda. Ainda no passado domingo, de acordo com informações do Ministério da Defesa da República Popular de Angola, foram abatidos dois aviões do tipo *Mirage* de uma esquadrilha de doze da aviação da África do Sul.

Também segundo aquele comunicado, as Forças Armadas angolanas travaram na segunda-feira violentos combates com as forças invasoras nas áreas de Cahama e Cuvelai.

O aumento da agressividade da África do Sul para com Angola e os patriotas da Namíbia, ilegalmente ocupada, coloca uma vez mais na ordem do dia a necessidade de serem cumpridas as deliberações da Assembleia Geral da ONU, que no início deste mês voltou a exigir a aplicação das sanções gerais e obrigatórias contra a África do Sul, o reforço do embargo à entrega de armamento e a cessação de qualquer colaboração nuclear com aquele país, condenando o *apartheid*.

A Assembleia da ONU condenou ainda os estreitos laços existentes entre a África do Sul, os Estados Unidos e Israel, designadamente no que se refere à colaboração militar existente entre eles.

O alerta agora feito por Angola sobre o aumento das agressões de que está a ser alvo por parte da África do Sul mostra de novo que as boas intenções não bastam, a menos que sejam levadas à prática.

Angola quer a paz para construir o futuro

ATENTADO AO PAPA

Pista búlgara chega ao fim

A famosa «pista búlgara» que fez correr rios de tinta em todo o mundo, numa acção concertada dos países capitalistas contra o bloco socialista, parece finalmente ter chegado ao fim. O cidadão búlgaro Antonov, preso em Itália desde Novembro do ano passado por suposto envolvimento no atentado ao Papa João Paulo II, saiu da prisão a semana passada.

Ainda que Antonov tenha sido colocado em prisão domiciliária, por alegadas questões de saúde — recorda-se que foi sujeito a interrogatórios humilhantes e tormentos morais e físicos — tudo leva a crer que os tribunais italianos procuram uma saída discreta para a gigantesca farsa judicial montada em torno daquele cidadão búlgaro após se ter chegadõ à conclusão de que todas as acusações que lhe foram feitas eram falsas.

O caso Antonov ou a pista búlgara, como toda a série de acontecimentos ficou conhecida, iniciou-se a partir de declarações do terrorista turco Ali Agca, que tentou matar o Papa. Após um prolongado silêncio e na sequência de estranhas e secretas visitas de membros dos serviços secretos italianos, Ali Agca, condenado a prisão perpétua, começou a falar e a tecer as mais inconcebíveis acusações contra Antonov implicando-o na tentativa de atentado ao chefe da Igreja.

Nenhuma das acusações feitas ao cidadão búlgaro conseguiu ser provada malgrado todas as tentativas feitas nesse sentido. O que se provou, isso sim, durante um ano em que um inocente esteve preso, foi a existência de conluios entre diversos serviços de espionagem, passando pela CIA e pela sua congénere italiana.

Provou-se a existência de uma vasta campanha de reactivação da guerra fria; de manobras de desestabilização na Europa Ocidental imputadas a Moscovo ou a Sófia; da íntima ligação existente entre os serviços secretos ocidentais e organizações reconhecidamente terroristas, como é o caso do grupo neofascista turco «Os lobos cinzentos» a que pertence Ali Agca. Provou-se, enfim, que para o imperialismo todos os meios servem para minar o diálogo Leste-Oeste e impedir a consolidação do desanuviamento.

A falsificação, a chantagem, o estímulo e apoio às acções terroristas, são armas que seguem a par das agressões armadas e das pressões políticas e económicas usadas por toda a parte pelos Estados Unidos na defesa dos seus famosos «interesses vitais».

A saída de Antonov da prisão, quase coincidente com o anúncio da visita de João Paulo II a Ali Agca na prisão de Roma, passou quase despercebida, pelo menos na generalidade da imprensa portuguesa. O que levanta de novo a questão importante do papel da imprensa ao serviço do imperialismo. Durante meses a *fio* a opinião pública foi bombardeada com os maquiavélicos planos atribuídos à pista búlgara; quando as falsas acusações foram sendo sistematicamente desmontadas e desmascaradas, a cortina do silêncio foi caindo sobre o caso, deliberadamente deixado no esquecimento.

O importante, e a Televisão Portuguesa constituiu um caso exemplar, era lançar a suspeita, a dúvida, a desconfiança sobre os países de Leste. Conseguido o objectivo, o caso foi abandonado.

Para os grandes defensores dos «direitos humanos», o ano que a vítima de todo este conluio passou na prisão — o búlgaro Antonov — não tem qualquer importância. Que pode valer para os campeões desses tais «direitos» a comovida frase de Antonov ao chegar a casa — «este é o dia mais bonito da minha vida» — ao lado da «importância histórica» da visita que o fascista turco recebeu?